

JACKELINY DIAS DA SILVA
(ORGANIZADORA)



PESQUISAS,
ESTUDOS E
APLICAÇÕES
EM
PSICOLOGIA

EDITORA INOVAR

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

JACKELINY DIAS DA SILVA

(Organizadora)

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA



Copyright © das autoras e dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Jackeliny Dias da Silva (Organizadora).

Pesquisas, estudos e aplicações em psicologia. Campo Grande: Editora Inovar, 2019. 104p.

ISBN: 978-65-80476-05-3

1. Psicologia. 2. Pesquisa. 3. Comportamento. 4. Estudos.
5. Autores. I. Título.

CDD – 150

Os conteúdos dos capítulos são de responsabilidades de seus autores.

Conselho Científico da Editora Inovar:

Care Cristiane Hammes (UEMS/Brasil); Franchys Marizethe Nascimento Santana (UFMS/Brasil);
Jucimara Silva Rojas (UFMS/Brasil); Katyuscia Oshiro (RHEMA Educação/Brasil);
Maria Cristina Neves de Azevedo (UFOP/Brasil); Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas (UnB/Brasil).



Editora Inovar
www.editorainovar.com.br
79002-401 Campo Grande – MS

“Os pensamentos que escolhemos pensar, são as ferramentas que usamos para pintar os quadros de nossas vidas”

Louise Hay

SUMÁRIO

Capítulo 1

PSICOLOGIA NO SOCIOEDUCATIVO: CONSIDERAÇÕES SOBRE FATORES DE RISCO E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA.....08

Lascínia Carneiro Pimentel.

Capítulo 2

A PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E A JUSTIÇA DA PSICOLOGIA: REFLEXÕES TEÓRICAS, REPERCUSSÕES PRÁTICAS.....20

Lucas De Moura Lima.

Capítulo 3

SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES: UM OLHAR PARA O ESTRESSE E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO.....37

Jackeliny Dias da Silva, Adriana Santos do Prado Sadoyama, Geraldo Sadoyama Leal, Bruno Marinho de Sousa.

Capítulo 4

INVESTIGAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESTRESSE E A DOCÊNCIA.....45

Lucas Augusto De Carvalho Ribeiro, Adriana Santos do Prado Sadoyama, Geraldo Sadoyama Leal.

Capítulo 5

AValiação Neuropsicológica Infantil na Dificuldade de Aprendizagem de Matemática.69

Ellen Rodrigues Da Silva, Sara Rezende Coutinho Ribeiro.

Capítulo 6

EMPREENDEDORISMO E PSICOLOGIA.....90

Jackeliny Dias da Silva, Adriana Santos do Prado Sadoyama, Geraldo Sadoyama Leal, Bruno Marinho de Sousa.

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORA.....101

Capítulo 1

A PSICOLOGIA NO SOCIOEDUCATIVO: CONSIDERAÇÕES SOBRE FATORES DE RISCO E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA

LASCÍNIA CARNEIRO PIMENTEL

Ao se referirem sobre o período de desenvolvimento humano denominado adolescência, Fiorelli e Mangini (2016) expõem que, sob a ótica biopsicológica, os parâmetros não são determinados baseando-se na ideia cronológica, mas sim de acordo com as mudanças psicológicas e fisiológicas variáveis, que ocorrem nesta etapa da vida.

Se por um lado as mudanças assustam trazendo inquietações e dúvidas, Fiorelli e Mangini (2016) afirmam que por outro elas fascinam o adolescente, levando-os à internalização de novos valores, a constatação de novos conhecimentos, aumento da força física e a formação de grupos que são capazes de realizar práticas até então inimagináveis. Os autores pontuam, ainda, que as novas possibilidades acenam com um poder por vezes fantasiado, que, em geral, ocasiona o sentimento de oposição em relação aos adultos, principalmente àqueles que exercem autoridade.

Silveira, Maruschi e Bazon (2012) descrevem que além das intensas transformações físicas e psicológicas, existe maior permeabilidade às influências do meio e que neste período o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais, a dar mais valor aos pares e a explorar situações variadas, com as quais pode não saber lidar de forma adequada.

Reis (2017) contribui ao afirmar que a adolescência se trata de uma fase caracterizada por marcadas tentativas de busca por autonomia e construção da própria identidade, além de que comportamentos transitórios característicos dessa etapa da vida podem culminar em atos delinquentes e gerar problemas ou sofrimento ao indivíduo ou ao ambiente que o rodeia. Nesses casos, a autora defende que intervenções devem ser feitas, de modo a impedir que o transtorno se torne grave, sendo imprescindíveis o engajamento do adolescente e o envolvimento familiar.

No Brasil, o índice de adolescentes que cumprem medida socioeducativa atinge níveis alarmantes. Dados do levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) referentes ao ano de 2016, indicaram o total de 25.929 adolescentes e jovens com idades entre 12 e 21 anos em atendimento socioeducativo nas unidades voltadas à restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), sendo ainda outros 334 adolescentes/jovens em atendimento inicial e 187 em internação sanção. Ao total este levantamento calcula 26.450 adolescentes e jovens incluídos no sistema socioeducativo brasileiro. (BRASIL, 2018).

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominado Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Em seu 2º artigo considera criança a pessoa até doze anos de idade incompleto e adolescente aquela entre doze e dezoito anos, sendo os adolescentes indivíduos considerados penalmente inimputáveis. Em parágrafo único o ECA complementa que em casos excepcionais se aplica também a pessoas entre 18 e 21 anos de idade. Segundo esta lei, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional e qualquer uma das previstas no art. 101, I a IV. (ECA, 1990)

Dentre as medidas socioeducativas a internação constitui-se a mais gravosa, na qual há restrição total de liberdade, e, embora, não comporte prazo determinado é necessário se atentar aos princípios de brevidade, e sua manutenção deve ser reavaliada pela equipe técnica da unidade socioeducativa em (no máximo) a cada seis meses. Em nenhuma hipótese esta medida poderá ultrapassar o período de três anos, ocorrendo a liberação compulsória aos 21 anos de idade. (ECA, 1990).

1.1 Fatores de risco

Silveira, Maruschi e Bazon (2012) expõem fatores que se relacionam ao desenvolvimento de comportamentos de risco_ definidos como sendo a participação em atividades que podem comprometer a saúde física e mental_ sendo eles: práticas

educativas familiares pobres; elevado conflito familiar; consumo abusivo de álcool e outras drogas por membros adultos ou atitudes da família que favoreçam o consumo; famílias nas quais os pais tem envolvimento criminal ou são tolerantes com práticas ilegais ou violentas da criança/jovem; doenças ou incidentes nos membros da família (morte, perda de entes queridos, separação, novos casamento dos pais e viver em famílias monoparentais); ausência de infraestrutura básica de moradia; baixa renda familiar; fracasso acadêmico e pouco comprometimento com a escola por parte da criança/jovem; desemprego dos pais e conjunto aglomerado de pessoas para pequeno compartimento na residência.

Cordeiro e Trindade (s.d) corroboram ao pontuar que as relações familiares são fundamentais durante o desenvolvimento dos adolescentes, e que sendo assim, famílias que possuem conflitos, mais propriamente a violência presente em seu contexto diário, possibilitam que isto seja repassado às gerações futuras. Fiorelli e Mangini (2016) em consonância com esta visão, afirmam que o lar constitui um espaço no qual a criança pode observar inúmeros comportamentos, que por sua vez podem levar à delinquência.

Além desses fatores, Silveira, Maruschi e Bazon (2012) descrevem os de ordem individual: rebeldia; insensibilidade aos outros/egocentrismo; impulsividade (agem sem reflexão, principalmente em situações de conflito); busca por constantes sensações intensas; iniciação precoce de comportamentos antissociais; ações favoráveis ao consumo de drogas; e jovens que expressam atitudes positivas em relação à delinquência. Estas autoras citam ainda: condições escolares desfavoráveis; fracasso no emprego; companhias que apresentam comportamentos desviantes; recompensa grupal para o comportamento antissocial; e rejeição pelos colegas. No que se refere às questões escolares Silva (2002) relata que a evasão escolar contribuirá para que o jovem se exponha mais intensamente e com maior frequência a situações que estimulem o comportamento delinquente.

Hutter, Giller e Hagell (2008, apud PADOVANI, 2003) relatam que numerosos estudos demonstram que pessoas que obtém engajamento em várias atividades delitivas tendem a apresentar condutas disruptivas, além de propensão para serem impulsivos e ávidos por novas experiências. Além disso, os autores destacam que tais

peessoas têm dificuldade em leitura, maior predisposição a usar drogas ilícitas e a utilizar violência como forma de resposta a dificuldades e frustrações. Cordeiro e Trindade (s.d) afirmam que todos estes pontos identificados como fatores de riscos tem uma relação entre si, e um “efeito dominó” que de fato o Estado deveria ter uma atenção.

Monte et al. (2011) comenta que o cenário brasileiro com diferenças sociais e econômicas ainda segrega milhares de pessoas, que por sua vez acabam por recorrer a programas assistenciais que tentam burlar a imagem de miserabilidade e omissão do poder público quanto aos direitos do cidadão. É neste cenário, conforme citado por estes autores, que crianças e adolescentes, especialmente os provenientes de camadas menos favorecidas economicamente, têm seus direitos fundamentais violados, tornando-se vítimas de violências das mais variadas formas, em situações de risco social, e vulneráveis a diversas mazelas.

Silva (2002) relata que no Brasil é difícil remeter a políticas de atendimento e de intervenções com adolescentes autores de ato infracional sem falar de questões estruturais e sociais amplas, e sem mencionar todo contexto político, social e econômico da realidade brasileira. Ela expõe que a realidade brasileira é marcada pela desigualdade social e ausência de políticas de atendimento para a população infanto/juvenil de classes pobres, o que contribui para que crianças e adolescentes vivam em situações de risco crônicas.

Entendendo a adolescência como uma fase da vida composta por grandes oportunidades de aprendizagem, socialização e desenvolvimento, atos infracionais cometidos por esta população devem ser entendidos, destarte, como resultados advindos de circunstâncias que podem ser transformadas e de problemas passíveis de serem superados. Desta forma, os adolescentes precisam ser protegidos para que não vivenciem novas violências. (BRASIL, 2013).

Gomide, Mascarenhas e Veloso (2017) alegam que fatores como práticas parentais educativas, associação a pares desviantes e o fracasso acadêmico que por sua vez ocasiona à evasão escolar, são destacados como problemas centrais para o direcionamento de intervenções. As autoras defendem que interferência precoce nas

relações familiares com histórico de aprendizagem de comportamento antissocial, poderá levar à solução de muitos dos problemas da delinquência e da criminalidade. Padovani (2003) expõe que uma estrutura ambiental que contém regras e consequências consistentes pode auxiliar no controle de vários comportamentos problemáticos. Para Silva (2002) somente com esforços conjuntos envolvendo profissionais, famílias, instituição de atendimento, a comunidade, e o engajamento dos próprios jovens em projetos de mudança de vida pessoal, é que se encontra o caminho para tratar e prevenir a violência que tanto assusta a sociedade.

Rocha (2008) afirma que de maneira geral o atraso no desenvolvimento sócio moral (característico do jovem infrator) está frequentemente associado com sua forma distorcida de pensar, e que em termos teóricos esse atraso no julgamento moral pode ser suprido por uma gama de oportunidades programadas para estimular o desenvolvimento a níveis apropriados de julgamento moral. Assim, para a autora, dar-se-á aos adolescentes a oportunidade de considerar as perspectivas alheias frente às próprias perspectivas, seja num contexto de intervenção individual ou em grupo, onde os participantes devem relatar e justificar suas resoluções de problemas face aos desafios. Além disso, Rocha (2008) pontua que as discussões não devem ser apenas de cunho moral, e que devem ser utilizadas abordagens terapêuticas que facilitam a coesão de grupo, a empatia e as habilidades sociais.

Assim, é num contexto de dificuldades que psicólogos e psicólogas se deparam ao lidar com as demandas que advém do trabalho que tem por objetivo a socioeducação. Tendo por base o manual de técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação, este profissional que integra a equipe interdisciplinar do centro deve pautar sua conduta promovendo condições para combater as diversas violações de direitos passíveis de ocorrer neste ambiente. Há de se considerar o adolescente autor de ato infracional como um adolescente, com características peculiares e próprias a todos que atravessam esse período de desenvolvimento humano, o que implica considerar o delito no contexto de sua história e circunstâncias de vida. Nesse sentido, o psicólogo é um profissional que deve levar em conta a subjetividade e produzir suas intervenções a partir de compromisso ético-político com a garantia de direitos. É necessário analisar as

práticas instituídas e reconhecer, entre outros aspectos, os indicadores de sofrimento, os porquês das manifestações de violência entre os adolescentes e a resposta destes às arbitrariedades presentes nas relações sociais da instituição. (CFP, 2010).

Vale destacar que o atendimento aos adolescentes com histórico infracional é responsabilidade do Estado e da sociedade, e que deverá envolver todas as políticas públicas. Assim, a incompletude institucional é um dos fundamentos na execução da medida socioeducativa, o que leva a considerar os limites da atuação do centro socioeducativo, e a necessidade de que demais políticas públicas acolham os jovens e suas famílias em programas que visem diminuir a reiteração infracional. Outro fator de estimada importância refere-se a necessidade de que o psicólogo considere que os relatórios a serem endereçados ao poder judiciário não devem ocupar o lugar de julgamento dos adolescentes atendidos. (CFP, 2010).

Em similar perspectiva, o REGIMENTO ÚNICO DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE MINAS GERAIS (2016) salienta que a palavra é o instrumento de trabalho usado pelo psicólogo para tratar das questões que causam problemas aos sujeitos, e que no sistema socioeducativo uma das funções desse profissional é trabalhar questões subjetivas que permeiam a prática infracional. Este documento preconiza a necessidade de que seja ofertado para o adolescente um lugar onde fale de seu ato, sua trajetória infracional, sua história, suas escolhas, seu sofrimento, podendo, dessa forma, recontar a sua história e reinaugurar a sua relação com a liberdade. Esclarece ainda, que a função do psicólogo no acompanhamento do cumprimento da medida não é a do tratamento clínico e que, e tão pouco um tratamento para toxicomania.

1.2 Considerações sobre a prática

Os apontamentos supracitados direcionam nossos olhares para a função dos psicólogos que lidam diariamente com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Questionamentos, a meu ver, devem ser constantes, levando o profissional a repensar sua prática, o que possibilita construções e desconstruções de saberes que possam auxiliar na qualidade do trabalho ofertado.

Lidar com um público tão peculiar, com histórias diversas vezes diferentes das nossas enquanto profissionais, nos levam a reflexões sobre o saber produzido pela psicologia até então, e de que forma esta ciência pode auxiliar na vida desses jovens, que não raro apresentam histórico no qual sofreram violências talvez até maiores do que aquelas praticadas por eles. É neste contexto que compartilho minhas reflexões, feitas a partir de quatro anos como psicóloga de um centro socioeducativo, onde trabalho com medidas de restrição total de liberdade.

Precisamos nos atentar para que não nos posicionemos como detentores do saber, como aqueles que escrevem documentos endereçados ao poder judiciário e tem nas mãos o futuro (se serão liberados ou não) dos adolescentes os quais atendemos. Cria-se nesse cenário a possibilidade de haver relações baseadas no poder/subalternidade, que perigosamente nos impedem de promover relações pautadas na horizontalidade que sejam significativas para os adolescentes.

O trabalho do psicólogo viabiliza momentos para a construção de ações que impeçam atos de violência e exageros ainda presentes nestes ambientes, vistos muitas vezes como repressores pelo socioeducando. Abstermo-nos diante de práticas violentas, que, em sua essência, contribuíram para a entrada do adolescente ao sistema socioeducativo, seria suscitar uma falta ética, que somado a relações baseadas no autoritarismo acabaria pondo em cheque os ideais pelos quais devemos lutar enquanto profissionais.

Os achados na literatura aludem a deficiência no desenvolvimento moral desses jovens, à falta de empatia nas relações, além de fatores de risco diversos que pronunciam o desenvolvimento do comportamento transgressor e a dificuldade em resolver problemas de maneira assertiva. No convívio com a comunidade socioeducativa não é diferente. O convívio com os pares em vários instantes pautam-se no desrespeito, na busca por angariar vantagens individuais em detrimento do coletivo, nas agressões e desavenças que, quiçá, até são transferidas para o ambiente exterior, após a privação de liberdade.

É neste ambiente que os psicólogos estão inseridos, como forma de contribuir para a garantia de direitos, que o Estado por sua função, deve garantir a todos que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas.

Destaco ser imprescindível o olhar amistoso para o trabalho em equipe, que se compõe por profissionais que pautados em sua área de estudo, contribuem para a avaliação do adolescente, sendo o psicólogo peça fundamental para as discussões e práticas construídas em conjunto. É certo que impasses são corriqueiros, e desavenças teóricas entre a equipe também. A luta contra a institucionalização deve ser frequente, de forma a contribuir para o bem-estar do adolescente, sem que a medida socioeducativa o faça comportar-se como ser mecanizado, e sem que sua individualidade seja afetada pelos rompantes impostos pela institucionalização.

Assim, em atendimentos, sejam individuais ou grupais, busca-se compreender o jovem em sua singularidade, oferecendo momento para escuta sem julgamento. Julgamentos estes, por vezes presentes em toda a existência do adolescente. Espera-se que o psicólogo ofereça o que corriqueiramente não é ofertado àquele com histórico infracional: respeito por sua história de vida seja ela qual for. Logo, é preciso suportar as dores e angústias que são apresentadas durante o encontro entre psicólogo e adolescente/jovem, dando espaço para escuta não punitiva e, ao mesmo tempo, ofertando instante para a construção de posicionamento de vida distinto do que eles aprenderam até então. Ao psicólogo é imprescindível que não só trabalhe o ato infracional, considerando o contexto histórico e as nuances da vida do indivíduo, mas que também considere e ofereça espaço para recuperar o adolescente que há por detrás de qualquer que seja a prática delitiva, fomentando potenciais e habilidades que não se vinculem a vivências infracionais.

Identificar padrões inadequados de comportamento e, a partir de vínculos consistentes com o indivíduo, trabalhar para romper com tais condutas, visando o aprendizado de práticas assertivas de convívio social pautadas no respeito mútuo, é algo imprescindível a psicólogos que trabalham com este público. Do mesmo modo, lidar com conflitos, rixas, formação de grupos rivais, amiúde fará parte do trabalho num centro de internação socioeducativa, levando o profissional a repensar sua

prática constantemente, a fim de sanar, o quanto possível, as intempéries ocorridas durante o cumprimento da medida.

Olhos agradecidos por contatos amistosos, cumprimentos cordiais e o fato de ser chamado pelo nome são detalhes importantes que parecem elevar a relação entre profissionais e adolescentes num mesmo patamar: o de seres humanos! percepção esta fundamental para facilitar a desconstrução da ideia de que somos repressores e pertencentes ao sistema que muitas vezes os oprimem e os excluem.

É nesse sentido, que também a família, aparece para nós como carentes de modos que os deem visibilidade. Com a oportunidade de ter encontro com tais pessoas, no intuito de compreender a dinâmica familiar dos adolescentes, pude perceber os sofrimentos advindos do fato de ter um ente querido em privação de liberdade. Ora se referem aos jovens como aqueles que “sujaram” o nome da família, ora como inocentes que são vítimas ou do sistema que os prenderam, ou dos comparsas que os envolveram no delito em questão, defendendo assim uma “prisão” injusta. Pude perceber ainda, que as histórias de vida relatadas por familiares, indicam a emergência de que políticas públicas, que de fato funcionem, atendam estas pessoas, e proporcionem aquilo que também, muitas vezes, em algum momento foi negado ao adolescente autor de ato infracional: a dignidade!

Assim, se emergem diversas indagações: quais seriam as formas, ou manejos mais adequados para “recuperar” estes jovens e estas famílias, muitas vezes também adoecidas pelo descaso que vivenciam? Como ter braços suficientes para alcançar um resultado que tem relação direta com algo multifacetado, e que abrange várias outras políticas públicas.

Os dilemas são complexos, e por vezes os profissionais do sistema socioeducativo relatam a sensação de impotência, frustração comum a quem trabalha com este público. Contudo, frente a obstáculos diversos, é que temos a chance de contribuir para a melhora da qualidade de vida das pessoas, e quanto a socioeducação, eu diria que somos semeadores de sementes, que pouco teremos condições para avistarmos se irão se tornar árvores frondosas ou não. Em pequenos avanços, em tímidas notícias consideradas positivas pela equipe, no entanto, se além

a motivação para continuarmos dia após dia no trabalho que visa reduzir os índices de criminalidade no Brasil, ainda que sejamos uma parcela pequena para lutar contra todo o arsenal de fatores envolvidos no processo de desenvolvimento do comportamento transgressor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação** / Conselho Federal de Psicologia. —Brasília: CFP, 2010.

CORDEIRO, Marlon; TRINDADE, Moisés Lima; **O adolescente e os fatores de risco**. Sd.

FIORELLI, Jose Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. 7ª ed. São Paulo. Atlas, 2016.

GOMIDE, Paula Inez CUNHA; MASCARENHAS, Amália Beatriz Dias; VELOSO MUNHOZ, Giovana. **Avaliação de uma intervenção para redução de comportamentos antissociais e aumento da escolarização em adolescentes de uma instituição de acolhimento**. Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento, vol. 25, núm. 1, pp. 25-40 Universidad Veracruzana Veracruz, México, 2017.

MINAS GERAIS. **Regimento Único dos Centros Socioeducativos de Minas gerais**. Secretaria de Estado de Defesa Social, Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, Superintendência de Gestão das Medidas de Privação de Liberdade Belo Horizonte, 2016.

MONTE, Franciela Félix de Carvalho; et al. **Adolescentes autores de atos infracionais: Psicologia moral e legislação**. Psicologia e Sociedade, 2011.

PADOVANI, Ricardo da Costa. **Resolução de problemas com adolescentes em conflito com a lei: uma proposta de intervenção.** Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em educação especial, do centro de Ciências humanas da UFSCar. São Carlos, 2003.

SILVA, Débora Frizzo Macagnan. **O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinquente em adolescentes infratores.** Tese (doutorado em psicologia do desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2002.

SILVEIRA, Maria Angélica de Souza; MARUSCHI, Maria Cristina; BAZON, Marina Rezende. **Risco e proteção para o engajamento de adolescentes em práticas de atos infracionais.** Journal of Human Growth and Development, 2012.

REIS, Aline Henriques;. **Impulsividade, delinquência e comportamento disruptivo: intervenção na adolescência.** In: Terapia cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental. Org. NEUFELD, CARMEM BEATRIZ. Porto Alegre. Artmed, 2017.

ROCHA, Giovana Veloso Munhoz. **Psicoterapia analítico-comportamental com adolescentes infratores de alto-risco: modificação de padrões anti-sociais e diminuição da reincidência criminal.** Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2008.

Capítulo 2

**A PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E A JUSTIÇA DA PSICOLOGIA: REFLEXÕES TEÓRICAS,
REPERCUSSÕES PRÁTICAS.**

LUCAS DE MOURA LIMA

“O afeto ou o ódio mudam a face da justiça”.

(Blaise Pascal)

No texto *A República de Platão*¹, Trasímaco questiona impetuosamente Sócrates, para que lhe dê respostas sobre “o que seria justo?”. O que estava em questão era, em última análise, o que é Justiça². Trasímaco interpela Sócrates com os dizeres: “[...] Diz-me com clareza e exatidão a tua definição [...]” (MAFFETONE E VECA, 2005, p.7).

A psicologia, enquanto profissão regulamentada no Brasil, tem uma história recente. São pouco mais de 50 anos. Mais recente ainda, é a participação oficial da psicologia no campo jurídico, no sistema judiciário. Alguns autores tentam dar conta dessa história e dos percursos traçados (LAGO et al, 2009; SILVA, 2013; AFONSO e SENRA, 2014; DOGLAS e HOMRICH; 2011). Outros procuram produzir ou dar respostas sobre instrumentos e métodos para a atuação de psicólogos nesse campo (PELISOLI, DELL'AGLIO, 2014; PELISOLI et al, 2011; BRITO et al, 2006; MARIANO e ROSSETTI-FERREIRA, 2008)³.

Nesse cenário, na atualidade, também é considerável o espaço dado à discussão da relação entre Psicologia e Direito no Brasil. Entretanto, não são muitas as publicações preocupadas em trabalhar as concepções de Justiça na Psicologia Jurídica⁴, ou seja, sobre

¹ As citações foram extraídas do livro “A Ideia de Justiça de Platão a Rawls” de Maffetone e Veca (2005), que reproduzem os textos do livro I e II parcialmente, por esse motivo as citações serão referenciadas pelas páginas no trabalho de Maffetone e Veca (2005).

² Para evitar ambiguidades, quando o termo “Justiça” aparecer grafado com letra maiúscula indica a Justiça enquanto princípio/valor/ideal; quando o termo “justiça” aparecer grafado com letra minúscula, se refere à justiça enquanto sistema legal/jurídico.

³ É importante ressaltar que os trabalhos citados discorrem, em alguns momentos, sobre a relação Direito e Psicologia, contudo, de forma mais tangencial, visto não ser esse o objetivo dos textos.

⁴ Para este trabalho foi adotada a denominação Psicologia Jurídica que, assim como para Brito (2011), França (2004) e Silva (2013), se compreende que a Psicologia Jurídica diz respeito a um campo amplo de reflexão e atuação, que abrange toda a interação entre Psicologia e o sistema de Justiça. Assim, entende-se que esse termo engloba os termos: Psicologia Forense, Psicologia Judiciária, Psicologia Legal/da Lei. Para breve distinção dos termos, consultar: FRANÇA, F. *Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil*. Psicologia: Teoria e Prática, v. 6, n. 1, p. 73-80, 2004.

as contribuições da Psicologia para a reflexão da Justiça (MIRANDA-JUNIOR, 1998; DA SILVA, 2003).

Se a interpelação de Trasímaco é direcionada para a Psicologia, qual resposta seria dada? O que seria justo? Seria essa uma questão para a psicologia se debruçar?

Em antecipação, é possível cogitar que a resposta ouvida seria semelhante à de Sócrates:

Trasímaco, não sejas tão duro conosco. [...] não creias, portanto, que, buscando a justiça, objeto mais precioso do que um lingote de ouro, sejamos tão tolos a ponto de ceder a passagem um ao outro e não nos empenhar para descobri-lo. Podes acreditar, meu caro! O fato, penso eu, é que [a] não somos capazes de tanto: muito mais natural é, talvez, que vós, os competentes, tenhais piedade de nós em vez de nos arrasar. (MAFFETONE E VECA, 2005, p. 8).

Para não incorrer no mesmo erro de Trasímaco, precisamos não ignorar as respostas já enunciadas, mesmo que de forma indireta. Pois as publicações produzidas até então, mesmo que por vezes predomine o aspecto técnico, tentam dar conta da construção do campo. Logo, caberia analisar o percurso histórico da psicologia no campo jurídico, para então compreender as posturas adotadas que dão pistas dos compromissos assumidos no tocante a justiça. Diante dessa perspectiva, poder-se-ia responder a maneira de Sócrates, mas nesse caso específico recorrendo às respostas enunciadas no percurso histórico da Psicologia Jurídica:

O que queres dizer, Trasímaco? Que não devo dar nenhuma das respostas por ti antes enumeradas? E talvez, admirável amigo, tampouco se entre elas se encontrar por acaso a correta? E terei, [c] ao contrário, de afirmar uma coisa diferente do que é verdadeiro? (MAFFETONE e VECA, 2005, p. 8-9).

Somados a esses questionamentos, pode-se acrescentar aqueles feitos por um dos algozes da Psicologia. Segundo Âranles (2004), Georges Canguilhem (1972), força os limites da Psicologia enquanto ciência ao interpelar de forma desafiadora: “Onde querem

chegar os psicólogos, fazendo o que fazem?” (CANGUILHEM, 1972, apud ÂRANLES, 2004, p. 22). Se especificarmos a questão ao âmbito da Psicologia Jurídica, abrem-se caminhos para questionamentos que se acredita serem extremamente profícuos, formulados como: o que esperam os Psicólogos Jurídicos, quando fazem uma perícia ou atuam em disputas familiares ou vão para os presídios e fóruns? Onde querem chegar?

Torna-se inarredável à Psicologia a problemática mobilizada pelas intervenções judiciais, que exigem debruçar-se sobre o impacto produzido pelas questões legais na vida dos sujeitos que recorrem à justiça. Especificamente, considerar seu caráter transformador, ativo, além do papel de reconhecer e validar as vivências sociais.

Dentre outros aspectos, esse caminho demanda o reconhecimento da complexidade e heterocomposição das questões levadas até o judiciário, nas quais a Psicologia é convocada a atuar; e, do ponto de vista acadêmico, a compreensão de que a relação entre Psicologia e Justiça está por se construir, sendo necessários mais estudos sobre essa intersecção, tanto por uma questão técnica, quanto por uma preocupação ética.

A partir desses questionamentos que se desenvolvem as reflexões abordadas adiante. Reflexões estas que, antes de se proporem como respostas, posicionam-se semelhantemente ao método empregado por Sócrates, aqui ilustrado no discurso com Trasímaco. Por esse viés, buscou-se compreender as noções de Justiça e suas implicações para a atuação do psicólogo, explorando a relação entre Psicologia e Justiça que repercute no fazer e no saber-fazer de psicólogos ligados ao campo jurídico.

RESGATE HISTÓRICO

Para compreender a inserção da Psicologia no campo da justiça, é necessário retornar ao contexto histórico que orienta o caminho seguido pela Psicologia no Direito e o posterior desenvolvimento da Psicologia Jurídica no Brasil.

O processo de inserção da Psicologia no Direito se dá no campo do Direito Penal, com preocupações em relação à conduta humana. Com o reconhecimento do indivíduo enquanto ser agente no mundo passa-se a pensar em quais fatores subjetivos poderiam influenciar a prática criminosa. A Psiquiatria vem dar respostas a esse campo (MIRANDA-JUNIOR, 1998). Para Jacó-Vilela (1999, p. 15), “a Psiquiatria, enquanto saber e prática

sobre a loucura, se constitui como disciplina autônoma [...] muito antes da Psicologia”. Essa reflexão é valiosa contribui na percepção de que o caminho trilhado pela Psicologia, em vários contextos, se deu a partir dos fazeres estabelecidos pela Psiquiatria.

Com Phillippe Pinel se inicia a orientação da psiquiatria para o tratamento da “desrazão”. A delinquência e loucura se tornam fenômenos tratáveis, originárias de desordens orgânicas. Avaliar e identificar a delinquência e a doença mental era fundamental. Nesse sentido, surgem os questionamentos a respeito da responsabilidade individual pelo delito, o que posteriormente é denominado como imputabilidade e inimputabilidade penal (CIARALHO, 2009).

O Direito dependeria diretamente da capacidade individual para a razão. Na concepção de Justiça em que o justo é definido por uma convenção social racional, culmina por apontar, por outro lado, que na falta de razão, não há reconhecimento das leis enquanto imperativos da Justiça. Assim, o indivíduo não teria meios para corresponder à justiça, agir de forma justa ou de acordo com as leis.

Dessa noção surgem as tentativas de identificar os fatores individuais que originariam as práticas criminosas. A Frenologia⁵ é uma corrente expoente desse período. Surgem também vias onde o crime, teria origem nas causas contextuais. Mas, em todo caso, essas ideias se centram na premissa de que a origem do crime se encerraria em uma predisposição individual (JACÓ-VILELA, 1999).

A Psicologia no Brasil se insere na relação com o Direito a partir dessa concepção a respeito do crime, que com variações, perdurou na história “psi” até o final do séc. XX. Semelhante à Psiquiatria, a Psicologia brasileira começa a se aproximar do Direito em razões da preocupação com a conduta humana, mas com uma especificidade, ela tratava da busca pelo padrão de normalidade voltado para uma investigação experimental do comportamento humano, dos processos psicológicos básicos (CIARALHO, 2009).

Nesse momento histórico, torna-se forte a concepção de uma Psicologia a serviço do Direito que viria como um instrumento para avaliar a conduta humana e contribuir na prescrição normativa. Segundo Trindade, Trindade & Molinari (2010, p. 33), “[...] foi

⁵ Frenologia é uma prática que consistia em técnicas que visavam avaliar traços de personalidade por características da formação craniana, sustentada pela ideia de se poder identificar o criminoso antes do ato criminoso. Ver mais em: Terra, L. M. Identidade Bandida: A construção social do estereótipos marginal e criminoso. Revista LEVS, Unesp-Marília, Ed 6, 2010, p. 199.

apenas no final do século XIX, na busca de compreender a veracidade de testemunho, que a psicologia e o direito começaram a se ligar diretamente”.

No Brasil, foi só a partir da década de 1960, com o reconhecimento da profissão de Psicologia, que oficialmente começou a ocorrer à aproximação entre as duas áreas, No entanto, essa aproximação já se fazia antes mesmo da regulamentação da profissão, de forma lenta e gradual, a partir de trabalho voluntário. Essas primeiras atuações ocorreram na área criminal (Direito Penal), centradas na questão dos crimes cometidos por adultos e adolescentes em conflito com a lei (LAGO et. al, 2009).

Só em 1984 com a promulgação da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84), que o profissional de psicologia torna-se reconhecido legalmente pela instituição penitenciária, por exemplo (LAGO et. al., 2009, p. 484). Assim, “[...] a psicologia passou a ser reconhecida como um instrumento a serviço do direito, na construção de laudos e perícias, exames criminológicos e psicodiagnósticos” (TRINDADE, TRINDADE & MOLINARI, 2010, p. 33).

A atuação dos psicólogos, nessa área, ficou marcada, inicialmente, pela realização de exames, avaliações, e o uso de testes psicológicos, com fins estritamente diagnósticos. Até então, a Psicologia era vista como um campo suplementar do Direito, servindo aos seus interesses, principalmente pela psicopatologia, que conferia caráter de cientificidade a prática jurídica. Exemplo disso foi a criação, em 1980, de uma área de concentração em “Psicodiagnóstico para Fins Jurídicos” na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no curso de especialização em psicologia clínica. Que deixa explícito o forte caráter pericial/psicodiagnóstico, das ações da Psicologia na justiça (LAGO et. al, 2009).

Esse momento é impulsionado pelo grande desenvolvimento de instrumentos de medidas psicológicas, como os testes de inteligência, personalidade, dentre outros. O que acabava por cancelar o caráter científico do campo da psicologia, que era apropriado pelo Direito como mecanismo na busca pela verdade dos fatos e da verdade legal/jurídica. Segundo Trindade, Trindade & Molinari (2010), só em 2009 com a Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a psicologia, nos termos da Psicologia Judiciária, passa a ser exigida como conteúdo em concursos de magistraturas.

A mudança de perspectiva no campo é marcada em 1986, pela criação do curso de especialização em Psicologia Jurídica, um dos primeiros cursos do país (LAGO et. al,

2009)), oriundo da área de concentração criada na UERJ. O curso de especialização surge voltado para o departamento de psicologia social, não mais como uma área de concentração do departamento de clínica. Ocorre assim, o início de uma reorientação da Psicologia Jurídica, preocupando-se mais com as questões sociais e dos Direitos Humanos (LAGO et. al., 2009; AFONSO e SENRA, 2014). Esses fatores são corroborados pelo advento da Constituição de 1988 e posteriormente do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990.

Outros campos do Direito em ascensão começaram a apresentar demandas para a atuação do psicólogo, como, por exemplo, nos processos do Direito Civil. As demandas psicológicas começaram a emergir com o desenvolvimento de tais campos, mas é só com a maior atuação do psicólogo e através de trabalhos voluntários que a necessidade de parceria entre as duas áreas se concretiza, causando então, o surgimento de concursos públicos para admissão do psicólogo (LAGO et. al., 2009).

Dentro do Direito Civil, destaca-se o Direito da Infância e Juventude (antigo Juizado de Menores) que também passa a exigir a presença do psicólogo. Outras áreas como o Direito da Família e o Direito do Trabalho tomam força e sobrevivem a necessidade de atuação conjunta com o psicólogo (LAGO et al., 2009). Além desses campos Trindade, Trindade & Molinari (2010), destacam ainda os campos do Direito Administrativo, Processual, Vitimologia, Mediação, Autópsia Psicológica e Magistratura.

PSICOLOGIA JURÍDICA: FAZERES E CONCEPÇÕES.

Psicologia a Serviço do Direito

No momento em que se encontra a Psicologia Jurídica, muitos trabalhos são produzidos no sentido de explicitar as práticas e experiências dos profissionais de psicologia no campo jurídico (SILVA, 2013; BRITO, et al, 2012; COSTA, et al, 2009; PELISOLI, DELL'AGLIO, 2014; BRITO, et al, 2006; para citar alguns). Para Mira y López (2007, p. 26), devido à limitação técnica, a Psicologia Jurídica ficava restrita a: “1) A psicologia do testemunho; 2) a obtenção da evidência delitiva (confissão com provas); 3) a compreensão do delito, e dizer a motivação psicológica dos mesmos; 4) reforma moral do delinquente, em prevenção de possíveis delitos”. Ademais, esses trabalhos

contribuem para a consolidação do campo e do papel do psicólogo nessa área. Contudo, a produção voltada para a reflexão das concepções produzidas no “entre” Psicologia-Direito, não se encontram na mesma proporção.

Outrossim, um dos livros base da Psicologia Jurídica, frequentemente referenciado por autores na área, o “Manual de Psicologia Jurídica”, dos autores Mira e Lopéz (2007), não abre espaço para a discussão do porquê a psicologia deveria se relacionar com o Direito e o campo Jurídico, ou quais são os frutos (conceituais) desse relacionamento. Ainda que apresente a prática, a inserção e crescente valorização dos conhecimentos psicológicos no contexto jurídico, em especial no que diz respeito às perícias; a preocupação estava voltada para o caráter científico da Psicologia (SILVA, 2013). Outro livro com um enfoque da Psicologia nos processos periciais é o “Psicologia Judiciária: O processo psicológico e a verdade judicial” de Almedina (1981), que seguem o mesmo formato e conteúdo encontrado em Mira e Lopez (2007).

Para esses autores a Psicologia Jurídica é vista como instrumento do Direito, para o seu “melhor exercício” (MIRA Y LÓPEZ, 2007, p. 25), para se obter a verdade jurídica (ALMEDINA, 1981). Existe uma busca rumo ao fortalecimento do conhecimento psicológico técnico endereçado aos juristas. Embora, até certo ponto, não deixam de contribuir para o aprimoramento do sistema de justiça, a Psicologia Jurídica parece estar preocupada com “uma justiça dos outros”.

A preocupação com o desenvolvimento técnico e científico da profissão na intersecção com o campo jurídico parece predominar nas narrativas tradicionais da Psicologia Jurídica. Seria esse o destino na Psicologia Jurídica? Seria esse o “onde” que se quer chegar?

Uma Psicologia Distinta do Direito

Alguns autores, discutindo a problemática da “subserviência” da Psicologia ao Direito, consideram que há um esforço de, por um lado, apresentar a importância da Psicologia para os juristas e por outro lado, validar a Psicologia como um campo singular, com uma visão diferenciada. Desse modo, como considera Trindade, Trindade & Molinari (2010),

[...] é no espaço entre esses extremos [oposições radicais e simpatias gratuitas] que ela [a Psicologia] vai se constituindo *pari passu*, sem apropriações, nem senhores, nem escravos, mas como uma disciplina ‘ainda por fazer’, saber aberto, interdisciplinar e dinâmico (p. 16).

No entanto, no decorrer do texto os autores retomam a visão de uma Psicologia a serviço do Direito, que auxilia o magistrado na tarefa difícil e complexa de julgar. Ainda assim, essa concepção de uma Psicologia a serviço do Direito não bane do campo o complemento da sentença, ou seja, “uma Psicologia a serviço do Direito, rumo à verdade judicial/ao aprimoramento do Direito/no **auxílio a tarefa de julgar**” (TRINDADE, TRINDADE & MOLINARI, 2010, p. 15, grifo nosso). Desse modo, encontra-se a concepção de uma Psicologia que, queira ou não, calculados ou não, produz impactos sobre o sistema de justiça, sobre as concepções jurídicas, rumo a formulação de uma concepção de Justiça, pois esta contribui na tarefa de julgar. Como destacam os mesmos autores, “A psicologia é fundamental para o Direito, mais que isso [...], é essencial para a Justiça” (TRINDADE, TRINDADE & MOLINARI, 2010, p. 15).

Essa concepção é encontrada também no trabalho de Âranles (2004). Logo no início o autor defende que a psicologia no campo jurídico precisa buscar as diferenças, a defesa das suas próprias concepções e não um distanciamento. Complementa afirmando que “[...] é mister admitir que o ingresso da Psicologia no mundo jurídico precisa encontrar seu motor próprio, já que sua impulsão advém de um compromisso com o sujeito que é, por excelência, de outra ordem” (p. 7).

Há então uma diferenciação da Psicologia no que se refere ao objeto de análise e quanto às bases analíticas, se comparada ao Direito. Dentre vários aspectos, poder-se-ia destacar a questão do objeto-sujeito. A psicologia trabalha com um sujeito do *vir a ser*, já o Direito, com um sujeito do *dever ser*. Essa diferença constitui uma grande colisão entre os campos, em que, por vezes, os psicólogos dirigem-se aos magistrados para lembra-los dos sujeitos por trás do crime, ou da peleja judicial (ALVES, 2008).

Como exemplo dessa concepção, pode ser citado o trabalho de Brito (1999), em que enfatizou a questão do direito da criança de ser ouvida nos Processos Judiciais. A autora aponta para os momentos em que a lei, que confere direito, pode vir a se tornar usurpadora de direitos, dependendo da forma como é interpretada ou aplicada pelos

magistrados. Nesse caso, a criança pode ter seus direitos de proteção (de se priorizar o “melhor interesse da criança”) feridos por uma interpretação errônea, não levando em conta que esse sujeito se encontra em desenvolvimento e desconsiderando a produção científica da psicologia quanto à temática. O que acaba por fazer da criança um “mini juiz” e dá margens para se conceber a opinião da criança como inviolável (BRITO, 1999).

Com a expansão da Psicologia Jurídica para outros campos na justiça, que não exclusivamente o Direito Penal ou Criminal, observa-se os questionamentos deixados por Jacó-Vilela, (1999), quanto ao papel desempenhado pelo psicólogo:

[...] será o estrito avaliador da intimidade, aperfeiçoando seus métodos de exame? Ou lembrar-se-á que este sujeito-singular também é um sujeito-cidadão, cujos direitos e deveres se constituem no espaço público, território onde perpassam outros discursos e práticas que não o exclusivamente psicológico? (p. 17).

Considera-se importante destacar, quanto à avaliação psicológica, o material produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2011, em especial o livro “Ano da Avaliação Psicológica - Textos geradores”. Esse livro apresenta vários textos que serviram de norte para reflexões sobre o campo. Muitos deles deixam explícita a preocupação de olhar as avaliações sob a perspectiva dos Direitos Humanos e da Ética.

Um dos textos apresentados pelo Grupo de Trabalho sobre Sistema Prisional da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), que se refere à avaliação psicológica no sistema prisional, aponta para a necessidade dos psicólogos indicarem aos operadores do sistema penal, a compreensão do estado de vulnerabilidade dos indivíduos que são penalizados pelo sistema. Em outro texto, Brito (2011) aponta para a importante pergunta do “para quê”, quando se aborda a questão da avaliação psicológica no sistema de Justiça.

É importante destacar, também, a reflexão apontada por Carmo (2014), quanto à formação dos magistrados, em que afirma, a partir de Taruffo (2005), que a psicologia, dentre outras ciências humanas, foi tomada como integrante do senso comum e não considerada científica. Isso levou a ideia de que os conhecimentos dessa área, já seriam componentes naturais dos conhecimentos do juiz, o que, para o primeiro autor, no

campo da aplicação do direito penal e das crianças e jovens, pode se confundir com crenças pessoais, e, até mesmo, com escolhas ideológicas.

Todos esses trabalhos apontam para uma emergente preocupação quanto às práticas “psis” no sistema de justiça, a saber, a de se estudar e reavaliar as práticas psicológicas no sentido de privilegiar uma proteção dos sujeitos, a compreensão e defesa dos seus direitos. É nesse sentido que se justifica estudar as concepções de Justiça adotada por psicólogos, por entender que a prática de psicólogos no sistema de justiça é tensionada por ideologias e instituições, que exercem certo poder sobre a Psicologia.

Bases da Justiça

Para fins das reflexões construídas até o momento e do espaço aqui disponível, não se tem por objetivo debruçar sobre as dimensões filosóficas e sociopolíticas da Justiça. Basta considerar que em meados do séc. XIX, com a consolidação do Estado Democrático de Direito, baseado nos ideais da revolução Francesa, surge também a noção de Direito Positivo, com uma perspectiva voltada para a cientificidade do Direito e a busca por outros campos do conhecimento como aporte teórico e técnico, principalmente para sustentar as decisões tomadas no sistema de justiça (SILVA, 2013).

Dito isto, o ideal de Justiça se volta para os princípios de: Liberdade, Igualdade e Fraternidade; e o papel do Direito se volta para a manutenção da ordem e a garantia do bem estar social (COSTA et al, 2009; JACÓ-VILELA, 1999). Essa visão é incrementada com o avanço das discussões éticas após as duas grandes guerras, que fomentam os Direitos Humanos e a valorização da Dignidade da Pessoa Humana. O Estado Democrático de Direito de uma perspectiva positivista, adota uma concepção de Justiça voltada para a preponderância da razão e pela busca da verdade dos fatos. Nesse aspecto, a decisão mais justa passa a ser aquela mais bem fundamentada nas evidências, na compreensão perfeita dos fatos, obtidos por meio das provas.

Mas e ao campo da psicologia, o que cabe como justo? Seria a consolidação da condenação, a punição? Ou, por outro lado, orientar-se pela valorização do sujeito e sua dignidade? Pois para Brito (2011), existe uma preocupação de que possa se estar configurando um cenário onde a Psicologia se coloque na posição de validar a lógica da punição, no lugar de trabalhar para ultrapassá-la.

Nessa direção, Costa et. al (2009) aponta uma atuação psicológica no sentido de não só auxiliar o Direito, em uma compreensão do Direito Positivo, mas também trazer transformações para a vida daqueles que recorrem à justiça. Mas para que isso seja possível, as autoras sugerem que são necessárias outras formas de conceber a Justiça, que tenham seu enfoque “no cuidado e cidadania das pessoas” (p. 238). Isto posto, é fundamental se preocupar com a melhoria da vida das pessoas e evitar discriminações que podem advir da instância social.

Esse argumento sustenta-se considerando que situações frequentemente “não jurídicas”, a priori, fruto das relações humanas, tornam-se alvo da intervenção judicial. Como exemplo, pode-se considerar relações conjugais conflituosas que são atreladas a processos judiciais. Esses conflitos, segundo Costa et. al (2009), tanto podem ser atribuídos às características da relação entre cônjuges, como também podem advir da forma como as relações são construídas no sistema judiciário, sustentadas pelo poder, que, para Silva (2013), nutre um sistema adversarial. Todos esses fatores consideram-se para além do âmbito jurídico, mas que o invade e podem ser mantidos por ele.

Outrossim, observa-se que a complexidade do sujeito em estado de sofrimento, evidenciado por sua busca pela resolução jurídica, leva aos limites da atuação dos profissionais do Direito. Dessa maneira, Peluso (1997, apud SILVA, 2013), indica que se torna tarefa árdua e “quase desumana” para esses profissionais atenderem esses casos, pela suposição de uma “delicadeza de espírito e disposição de ânimo”, mas, além disso, também a necessidade de uma preparação técnica e intelectual que dê conta desse sujeito, o que “não entra no cabedal pretensioso dalgum jurista solitário” (p. 904).

Acredita-se estar em evidência que as práticas em relação ao judiciário e as pessoas perpassadas pela lei, apresentam demandas complexas das quais emanam concepções sobre os sujeitos e sobre a própria Justiça. Essas concepções estão na base da práxis e alimentam outros fazeres, que reforçam ou não essa concepção.

OUTROS FAZERES, CONCEPÇÕES OUTRAS.

Diante dessa problemática, novas concepções a respeito dos sujeitos alvo da intervenção judicial podem viabilizar outras abordagens das relações. Na perspectiva de Silva (2013), considera-se um avanço as medidas tomadas pela Política Nacional de

Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse no âmbito do Poder Judiciário, que força os tribunais a se organizarem no sentido de promover o acesso a serviços alternativos, como a mediação de conflitos.

Logo, a mediação pode ser reconhecida como um dos caminhos abertos no judiciário para que os conflitos sejam solucionados em uma lógica diferente da disputa e do Direito Positivo. Ela pode ajudar na responsabilização dos sujeitos em que tomam frente na resolução dos seus próprios conflitos e mitigar a lógica de disputa ganhador-perdedor. Para Costa et. al (2009), trata-se de uma responsabilização que, no caso da família, consiste em uma nova forma de se colocar também diante da decisão judicial, vendo, para além de ganhadores e perdedores, a perspectiva de agir em prol do bem-estar, base da Justiça Restaurativa.

Nessa direção, também se pode refletir sobre outras práticas, como a perícia, por exemplo. De acordo com Preto e Fajardo (2015), uma das questões mais importantes em relação à avaliação psicológica está, em um primeiro momento, relacionada ao conteúdo e aos reflexos dessa avaliação na vida dos sujeitos. Isto posto, afirmam que:

[...] entende-se que o mais importante da avaliação psicológica é o conteúdo da avaliação realizada e os reflexos que a avaliação psicológica pode produzir na vida do avaliado (tanto em sentido restrito de acordo com o objetivo da avaliação, como de forma ampla, visto as repercussões que a avaliação psicológica pode produzir) (PRETO e FAJARDO, 2015, p. 50).

Deste modo, Ortiz (2012) considera que o laudo pericial psicológico se constitui como a “voz ativa” do perito nos autos do processo. Mais que apresentar provas ele pode promover intervenções de autoquestionamento das partes e com isso gerar um reposicionamento subjetivo e interpessoal.

Admite-se que o laudo pericial assume um caráter ativo no conflito judicial e, por isso, as concepções que cercam sua solicitação e elaboração precisam ser constantemente revisitadas. Como afirma Silva (2013, p. 911), é fundamental rever “[...] constantemente a inserção sócio histórica dessa avaliação e, dentre outras coisas, a visão de homem que está por detrás do escrutínio.” (p. 911).

De outro modo, França (2004, p.76), considera que a Psicologia Jurídica, tem que ir além do “[...] estudo do comportamento. Devem ser seu objeto de estudo as consequências das ações jurídicas sobre o indivíduo.” (p. 76), ou seja, transcender a demanda, enfocando também,

as determinações das práticas jurídicas sobre a subjetividade, não mais enfocaria apenas o comportamento do indivíduo para explicá-lo de acordo com a necessidade jurídica. A meu ver, esta é uma forma de ir além da expectativa que o jurídico possui em relação à Psicologia Jurídica. (FRANÇA, 2004, p. 77).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se uma valorização da Psicologia no Direito, de forma geral. Isso ocorre especialmente pela noção do Direito Positivo que se fundamenta no saber técnico de outras áreas para consolidação da verdade dos fatos. Ao longo dos anos essa relação e esse fazer psicológico no judiciário avança para as mais diversas áreas do Direito.

Segundo os setores classificados por França (2004), extraídos das publicações do III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, as práticas discutidas como possibilidades da atuação da Psicologia Jurídica se referem: à Psicologia Criminal, em especial quanto à necessidade de apoio técnico e avaliação de insanidade mental; à Psicologia Jurídica e às questões da infância e juventude; à Psicologia Jurídica e o Direito da Família; além da Mediação e Dano Psíquico nos setores mais recentes da Psicologia Jurídica.

A psicologia é convocada para atuar no judiciário com a proposta de atingir decisões mais justas. Porém, acredita-se ser imprescindível questionar “qual Justiça?”. Sem essa atenção, as ferramentas e práticas psicológicas podem ser utilizadas para manter estigmas e desigualdades, afastando, desta maneira, a Justiça, e, como aponta Brito (2011), contribuindo para validar a lógica da punição.

Essa problemática é refletida na literatura que concentra-se em questões técnicas, para além de abordagens principiológicas do comprometimento da Psicologia com um ideal de Justiça (MIRANDA-JUNIOR, 1998; DA SILVA, 2003).

Ao atender as demandas do judiciário, contudo, percebe-se práticas no campo que indicam uma Psicologia Jurídica preocupada com a preservação dos sujeitos e com os impactos provocados pela lei nas pessoas que recorrem ao judiciário. Essa perspectiva ajuda a expandir as possibilidades de atuação do Psicólogo no Judiciário, voltando-se para uma ótica da Justiça Restaurativa, dos Direitos Humanos e da Dignidade da Pessoa Humana, no pleno desenvolvimento de cidadania. Por fim, importa encerrar com a questão: Seria essa a Justiça para a Psicologia?

REFERÊNCIAS

- ALMEDINA, E. A. **Psicologia Jurídária: O processo psicológico e a verdade judicial**. 3ª Ed. Nápoles, Itália. Coleção STVDIVM. 1981.
- ALVES, A. G. S. D. *A humanização do ensino jurídico no Brasil : a experiência do escritório de prática jurídica da Universidade de Fortaleza*. 2008, 118f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Fortaleza, Brasil, 2008.
- AFONSO, L. A.; SENRA, L. X. **Panorama histórico da regulamentação da especialização em psicologia jurídica no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0858.pdf> >. Acesso em: março de 2017.
- ÂRANLES, E. M. M. Pensando a Psicologia aplicada à Justiça. In: GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2004, p. 15-50.
- BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: março de 2017.
- BRITO, L.; AYRES, L.; AMENDOLA, M. **A escuta de crianças no sistema de Justiça**. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 68-73, 2006.
- BRITO, L.; BEIRAS, A.; DOMINONI, J. G. O. **Psicologia Jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais**. *Quaderns De Psicologia*, 2012, v.14, n. 2, p. 25-36, 2012.
- BRITO, L. Um giro pela Psicologia na interface com a Justiça. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia em interface com a justiça e os direitos humanos**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011, p. 41-51.
- BRITO, L. De competências e convivências: caminhos da Psicologia junto ao Direito de Família. In: BRITO, L. **Temas de psicologia jurídica**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p. 171-186.

CARMO, R. A psicologia na Formação dos Magistrados e a Formação dos Psicólogos Forenses: Reflexões. In: **Psicologia, Justiça e Ciências Forenses** – Perspetivas Atuais. Org: Paulino, Mauro & Almeida, Fátima. Ed: Pactor: Lisboa, 2014, p. 1-10.

CIARALHO, C. R. C. A. *A mimetização da práxis psicológica no contexto da Justiça: um olhar para a psicologia judiciária*. 2009. 244f. Dissertação de Doutorado – Universidade Federal de Brasília, Brasil, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da Avaliação Psicológica**: Textos Geradores. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 156.

COSTA, L. F. et. al. **As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito**. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 2, p.233-241, 2009.

DA SILVA, D. M. P. Perícia Psicológica Judicial. In: DA SILVA, D. M. P. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com direito nas questões de família e infância**. Casa do Psicólogo, 2003, p. 5-22.

DOGLAS, L. C.; HOMRICH, M. T. **Psicologia Jurídica**: considerações introdutórias. Revista Direito em Debate, v. 20, n. 35-36, p. 237-250, 2011.

FRANÇA, F. **Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil**. Psicologia: Teoria e Prática, v. 6, n. 1, p. 73-80, 2004.

JACÓ-VILELA, A. M. Introdução: Os primórdios da Psicologia Jurídica. In: BRITO, L. **Temas de psicologia jurídica**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999, p. 11-18.

LAGO, V. D. M; et al. **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil se seus campos de atuação**. Estudos de Psicologia. Campinas. v. 26, n. 4, p. 483-491, 2009.

MAFFETONE, S.; VECA, S. **A Idéia de justiça de Platão a Rawls**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARIANO, F. N.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?** Psicol. Reflex. Cri, v. 21, n.1, p.11-19, 2008.

MIRANDA-JUNIOR, H. C. (1998). **Psicologia e justiça: a psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça**. Psicologia Ciência e Profissão, v. 18, n. 1, p. 28-37, 1998.

MIRANDA Y LOPEZ, E. **Manual de psicologia jurídica**. Sorocaba, Editora Minelli, p. 311, 2007.

ORTIZ, M. C. M. **A Constituição do Perito Psicólogo em Varas de Família à Luz da Análise Institucional de Discurso**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 32, n. 4, p. 894-909, 2012.

PELISOLI, C.; DELL'AGLIO, D. D. **As Contribuições da Psicologia para o Sistema de Justiça em Situações de Abuso Sexual**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34, n. 4, p. 916-930, 2014.

PELISOLI, C.; GAVA, L. L.; DELL'AGLIO, D. D. **Psicologia jurídica e tomada de decisão em situações envolvendo abuso sexual infantil**. Psico-USF, v. 16, n. 3, p. 327-338, 2011.

PRETO, C. R. S.; FAJARDO, R. S. **Laudo psicológico no Brasil: revisão da literatura com foco em estruturação e conteúdo**. Arch Health Invest, v. 4, n. 2, p. 40-52, 2015.

SILVA, E. Z. M. **Psicologia Jurídica: um Percurso nas Varas de Família do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 4, p. 902-917, 2013.

TRINDADE, J.; TRINDADE, E. K.; MOLINARI, F. **Psicologia Judiciária para a carreira da Magistratura**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

Capítulo 3

SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES: um olhar para o estresse e a qualidade de vida no trabalho

JACKELINY DIAS DA SILVA

ADRIANA SANTOS DO PRADO SADOYAMA

GERALDO SADOYAMA LEAL

BRUNO MARINHO DE SOUZA

Nos últimos anos a saúde mental no ambiente de trabalho vem sendo amplamente discutida, pois interfere diretamente na produtividade do homem em seu fazer. Dada a relevância social da profissão docente é importante que se configurem pesquisas para investigar sobre o crescente adoecimento destes profissionais.

Tendo estes apontamentos como direção, o presente estudo visa discutir, de forma qualitativa sobre o adoecimento docente, estresse e qualidade de vida no trabalho. As discussões partiram do levantamento bibliográfico de textos utilizando-se as palavras-chave “qualidade de vida” “estresse” e “adoecimento”.

Deste modo os dados contidos neste capítulo, visam a discussão qualitativa das pesquisas encontradas em bancos de dados digitais em formatos de teses, dissertações e artigos, visando uma aproximação inicial entre as temáticas.

SER PROFESSOR: Do prazer a Dor

É notável que o trabalho ganhou vários sentidos ao longo do tempo. Muitos pesquisadores defendem que um destes sentidos seria a realização pessoal, ou seja, o prazer de se fazer algo que possa contribuir de alguma forma com a sociedade e que também satisfaça os objetivos individuais.

Esta satisfação surge, segundo Dejours (1992), quando o indivíduo concebe sua identidade profissional, possibilitando ao mesmo uma especialidade única, na qual poderá usar de criatividade e certa autonomia em seu fazer. Além disto,

permite ao indivíduo condições de interação, socialização e um espaço social para ser e fazer.

Na docência não seria diferente, a categoria profissional de professores obtém uma relação com o trabalho que vai além de um mero exercício profissional, sendo que grande parte dos trabalhadores encontram no trabalho a satisfação em contribuir para uma sociedade mais justa, crítica, ética e transformadora, onde o trabalho transpassa uma mera obrigação, engendrando nos docentes uma relação afetiva, social e psicológica que dá sentido ao seu fazer (SILVA, 2015).

O trabalho, que pode ser fonte de realizações para o indivíduo, pode ter como adversário o sofrimento e o mal-estar, que se inicia quando as relações entre o indivíduo e o ambiente estão dificultadas. Essas dificuldades podem ser de diferentes tipos, com diversas intensidades e sentidas de forma significativa pelo grupo ou individualmente, não sendo percebidas logo de imediato, mas gradativamente (DEJOURS, 1992).

Como apontando, em relação ao docente, se por um lado os professores encontram satisfação em ver o aluno aprendendo e a transformação acontecendo, por outro, vários fatores contribuem para a diminuição da motivação do professor, que muitas vezes vê seus ideais de transformação não serem possíveis de implementar na prática, da forma que havia imaginado.

No Brasil, a quantidade de profissionais interessados na docência vem diminuindo ao longo do tempo, tendo um crescente quadro de desmotivação e desistência. Esses indicativos alarmantes, vêm abrindo os olhos dos pesquisadores para investigações sobre os motivadores para tamanha desistência (ANDRADE, 2004).

Oliveira e Silva (2015) realizaram pesquisas para analisar a crescente desistência de profissionais na docência, os dados encontrados apontaram que grande parte destes profissionais ingressam na carreira sem estar emocionalmente preparados para o trabalho, sem saber o real estado das escolas que vão trabalhar, tampouco as tarefas administrativas que devido à falta de profissionais vão assumindo ao longo do tempo, além de conflitos internos, competitividade, etc.

Muitos profissionais, principalmente neófitos, idealizam o perfil do alunado, sendo que isto por vezes acaba gerando frustrações no dia-dia para o novo

professor. Sem contar com o salário, que para 40 horas semanais na educação básica, gira em torno de um salário mínimo.

Muitas vezes a desmotivação para o trabalho vem acompanhada de adoecimento. Pesquisas como as de Silva (2015), Gouvêa (2016), Santos e Barros (2015) e Souza e Silva (2017) apontam que o adoecimento docente pode se dar tanto de forma física, como: perda de audição, problemas vocais, osteomusculares, fibromiálgicos etc. Como ainda, e em grande parte, adoecimento psicológico, tais como: depressão, ansiedade, estresse, síndrome de Burnout, transtornos de humor e outros de caráter emocional.

Embora de formas distintas, as literaturas apontadas anteriormente indicam que o adoecimento docente é frequente, sendo multifatoriais. Para Araújo e Souza (2013) *não é o trabalho em si que adoeece, mas o tipo de trabalho e as condições em que é realizado o que faz com que o docente adoença*, ou seja, fatores que muitas vezes não são perceptíveis aos olhos, num primeiro momento, e que colaboram para um adoecimento do profissional.

Muitas vezes só se percebe que está doente, quando a patologia chega em um grau já elevado, sendo que neste momento já não é mais possível realizar uma prevenção, o profissional deverá ser tratado.

Análises de Gouvêa (2016) indicam que há um predomínio de transtornos mentais e comportamentais em professores, sendo estes os principais motivos de afastamento. Ou seja, grande parte do adoecimento de profissionais ligados à docência são de caráter psicológico, e podem interferir de forma significativa para no dia-dia deste profissional.

Araújo e Sousa (2013) comprovam isso em um estudo realizado para verificar possíveis relações entre o adoecimento psíquico de professores e os relatos dos mesmos acerca dos motivos que o geraram. As pesquisas foram realizadas em prontuários médicos e por meio de entrevistas semiestruturadas. Em relação às entrevistas os resultados do estudo apontam que quarenta e um por cento dos professores identificaram o trabalho como a causa do seu adoecimento.

Neste sentido, os autores explanam sobre estudos realizados em diferentes países para analisar licenças do trabalho na categoria de professores, sendo que os resultados apontam que nesta categoria o predomínio de licenças se dá pela

prevalência de distúrbios mentais quando comparados com os outros grupos de doenças comunicadas nas declarações médicas (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA, 2009).

Por meio dos estudos citados anteriormente, pode-se compreender que grande parte dos professores adoecidos consegue identificar o trabalho, no qual deveria ser espaço de construção e satisfação, como um lugar de sofrimento e gerador de patologias.

Portanto, além de estratégias voltadas para práticas e metodologias de ensino é importante que se desenvolvam condições de trabalho favoráveis, para que o docente possa ter uma boa qualidade de vida em sua totalidade, já que a vida profissional pode afetar a privada e vice-versa (ARAÚJO E SOUZA, 2013).

Assim, é importante que se detecte o mais breve possível os sinais de adoecimento do profissional, que muitas vezes vêm de forma sutil como: *faltas no trabalho, diminuição do rendimento, afastamento das pessoas ou em forma de angústia, fobia, crise de pânico, apatia, estresse, cansaço mental, esquecimento e outros. São sinais relevantes de um adoecimento ou enfraquecimento da saúde mental dos professores (SANTOS E BARROS, 2015).*

SAÚDE MENTAL: Estresse e a qualidade de vida no trabalho Docente

Ao se falar em Saúde Mental, autores como Barroso (2011) salientam que trata-se de um estado de bem estar do indivíduo, no qual este é capaz de contribuir com a comunidade, administrando sua vida, emoções sendo protagonista de sua história, recuperando-se do estresse rotineiro, buscando viver sua vida em plenitude.

Infelizmente na atualidade, devido a mudanças na relação homem-trabalho, grande parte da população vem desfrutando de um adoecimento emocional em seu ambiente laboral, impactando em sua saúde mental e consequentemente no desenvolvimento de seu trabalho, visto que este exaure grande parte do tempo do indivíduo. Neste sentido, é recorrente ouvir as pessoas falando sobre Ansiedade, Estresse e Depressão e a exaustão que a rotina frenética causa, impactando na redução de uma vida saudável e com qualidade. (RIBEIRO, et. al, 2010).

Estudos sobre estresse realizados por Romaneck e Rocha (2015) realizaram estudos para verificar o estresse em professores, utilizando-se do Inventário de sintomas de estresse para adultos de Lipp ou ISS. O instrumento foi aplicado em 81 participantes da rede pública de ensino em Curitiba – PR. Os resultados apontaram que 43% dos sujeitos, estava na fase de resistência, fase esta que indica grande exposição do indivíduo a extressores de grande duração, o que acarreta gasto de energia e sensação de desgaste, quando comparados ao esforço para o equilíbrio.

Ou seja, o indivíduo sente que está gastando toda sua energia e que não está sendo recompensado, o que impacta diretamente em sua saúde mental. No entanto, a fase de Resistência do ISSL, permite um reequilíbrio, caso o organismo consiga identificar os agentes estressores e eliminá-lo, harmonizando novamente sua vida. Quando consegue-se identificar que o indivíduo está nesta fase é importante a imediata realização de uma intervenção evitando assim, que o sujeito chegue na fase de exaustão, a qual é considerada uma fase de estresse crítica, levando o sujeito a ter comprometimentos físicos em forma de doenças. (LIPP, 2005).

Estes dados apontam a importância de se investigar os fatores que influenciam no adoecimento emocional de professores brasileiros. Como apontado anteriormente a saúde mental trata-se de equilíbrio emocional, sendo o sujeito capaz de administrar sua vida, suas emoções sem perder a noção de tempo ou espaço, buscando sua plenitude máxima e respeitando a si e ao outro.

Sendo assim, pode-se dizer que sujeitos que estão passando por estresse, encontram-se em desequilíbrio no que tange a sua saúde mental, o que pode causar prejuízos a si mesmo e o seu prazer vital.

Estes estados, não surgem do nada, aparecem na vida do sujeito por algum motivo, geralmente são consequência de alguma desregulação, e para que o indivíduo atinja um equilíbrio emocional e melhore sua qualidade de vida novamente é preciso primeiramente identificar o desequilíbrio e posteriormente os fatores que contribuem para que ele surja ou permaneça, e assim abrir portas para uma intervenção que realmente funcione, possibilitando que os profissionais tenha uma vida boa e prazerosa novamente.

Considerações finais

Por meio das discussões sobre saúde mental docente, foi possível analisar a necessidade não apenas de investigações, como também intervenções para maior qualidade de vida docente, visto que os professores possuem um papel essencial na educação, sendo mediadores entre o conhecimento e o educando, auxiliando o alunado a constituírem-se como indivíduos críticos, reflexivos e sociáveis e considerando que a saúde mental é condição preponderante para o desenvolvimento humano, é de fundamental importância que se investigue as variáveis que afetam o adoecimento dos professores, assim como possibilidades de melhoria em sua qualidade de vida.

Nesta perspectiva, é importante o levantamento de informações sobre estados de estresse e qualidade de vida destes profissionais, assim como investigações de fatores institucionais de risco para o adoecimento, bem como possibilidades de intervenção para melhoria do problema.

Neste sentido, indica-se para futuras pesquisas o levantamento de dados no que tange a qualidade de vida e adoecimento docente e sua relação com a instituição de ensino na qual atuam, além de investigações que contribuam na construção de materiais que possa auxiliar os gestores das instituições de ensino a identificarem os influenciadores do adoecimento dos docentes, assim como a indicação de programas que possam ser implantados pelas instituições afim de assessorar na melhoria da qualidade de vida e saúde mental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, O perfil dos professores brasileiros. São Paulo, 2014. Acesso em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001349/134925por.pdf>

ARAÚJO, Lilian; SOUSA, R. R. O adoecimento psíquico de professores da rede pública estadual: perspectiva dos docentes. Rio de Janeiro: ENPAD, 2013.

ASSUNÇÃO, Ada; ANDRADE OLIVEIRA, Dalila. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação & Sociedade, v. 30, n. 107, 2009.

BARROSO, Sabrina Martins. Urbanização e acessibilidade como critérios na avaliação de serviços públicos de saúde mental. Rev. Baiana Saúde Pública, v. 35, n. 3, p. 734-743, 2011.

BARROSO, Josane Aparecida Quintão Romero. O mal-estar docente, o adoecimento e as condições de trabalho no exercício do magistério, no ensino fundamental de Betim/MG. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC/MG, Belo Horizonte.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Oboré, 1992.

GOUVÊA, Vanelli Nabuco; APARECIDA, Leda. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. Saúde em Debate, v. 40, n. 111, 2016.

LIPP, Marilda Novaes. Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.

OLIVEIRA, Wendel Cristian; DA SILVA, Flávia Gonçalves. ALIENAÇÃO, SOFRIMENTO E ADOECIMENTO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Revista Labor, v. 1, n. 13, p. 7-27, 2015.

RIBEIRO, Renata Perfeito et al. O adoecer pelo trabalho na enfermagem: uma revisão integrativa. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 46, n. 2, p. 495-504, 2012.

ROMANECK E ROCHA <http://www.admpg.com.br/2015/down.php?id=1917&q=1>

SANTOS, Fabyanne Wilke Costa; BARROS, Livia. O ADOECIMENTO PSÍQUICO DO DOCENTE: UM DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 8, n. 1, 2015.

SILVA, Eduardo Pinto. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. Psicologia: teoria e prática, v. 17, n. 1, p. 61-71, 2015.

Capítulo 4

INVESTIGAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESTRESSE E A DOCÊNCIA

LUCAS AUGUSTO DE CARVALHO RIBEIRO

ADRIANA SANTOS PRADO SADOYAMA

GERALDO SADOYAMA LEAL

No mundo contemporâneo, a velocidade das ações, situações, mudanças e exigências, acompanhadas de intensidade são fenômenos nas quais os trabalhadores de modo geral têm que lidar. Não obstante, o mundo contemporâneo é um mundo estressado.

De acordo com Fernandes (1999), o estresse é essencialmente um grau de desgaste no corpo e da mente, que pode atingir níveis degenerativos. Impressões de estar nervoso, agitado, neurastênico ou debilitado podem ser percepções de aspectos subjetivos de estresse.

No campo da educação, o professor, não excludente dessa realidade é forçado a se apresentar como ser ativo da condução pedagógica de ensinamentos educacionais para outras pessoas. Assim, espera-se que o professor esteja bem com sua saúde física e principalmente mental.

Em função disso, de acordo com Diehl e Marin (2016), aumentou-se as responsabilidades e exigências sobre esse professor, de modo que ele precisa apresentar, além das competências pedagógicas, habilidades sociais e emocionais.

Portanto, a saúde do professor é um tema de pesquisa que adquire crescente relevância e também tem sido alvo de preocupação por parte de profissionais, gestores institucionais e entidades sindicais e governamentais (Carlotto, 2012).

Assim, percebe-se que as mudanças no cotidiano escolar ocorrem a todos os níveis: econômicos, políticos e sociais, e temos a figura desse professor na qual o corpo e a mente devem agir de maneira equilibradas, somadas a rotina escolar, equilibrando-se entre figura individual e figura laboral, com situações de pressões indescritíveis, levando a situações impactantes de estresse (FERNANDES, 1999).

Dessa forma, pensando nas possíveis lacunas existentes quanto a publicações nos últimos anos, objetivou-se nesse trabalho discorrer sobre a relação entre o estresse e as condições de saúde desse professor, partindo do seguinte questionamento: dentre as publicações científicas mais recentes (em um período de dez anos), qual a relação do estresse psicológico com relação ao professor em um contexto escolar?

METODOLOGIA

No estudo, utilizou-se a Revisão Integrativa (RI), método baseado em evidências, que possibilita a síntese e também a análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema proposto (Galvão, Mendes & Silveira, 2008). Os seguintes passos do método de revisão integrativa foram: a identificação do problema (qual a consequência do estresse com a atividade laboral de professores), a busca da literatura (com descrição das palavras-chave, base de dados e aplicação dos critérios definidos para inclusão e exclusão dos artigos). A avaliação é a análise dos dados obtidos.

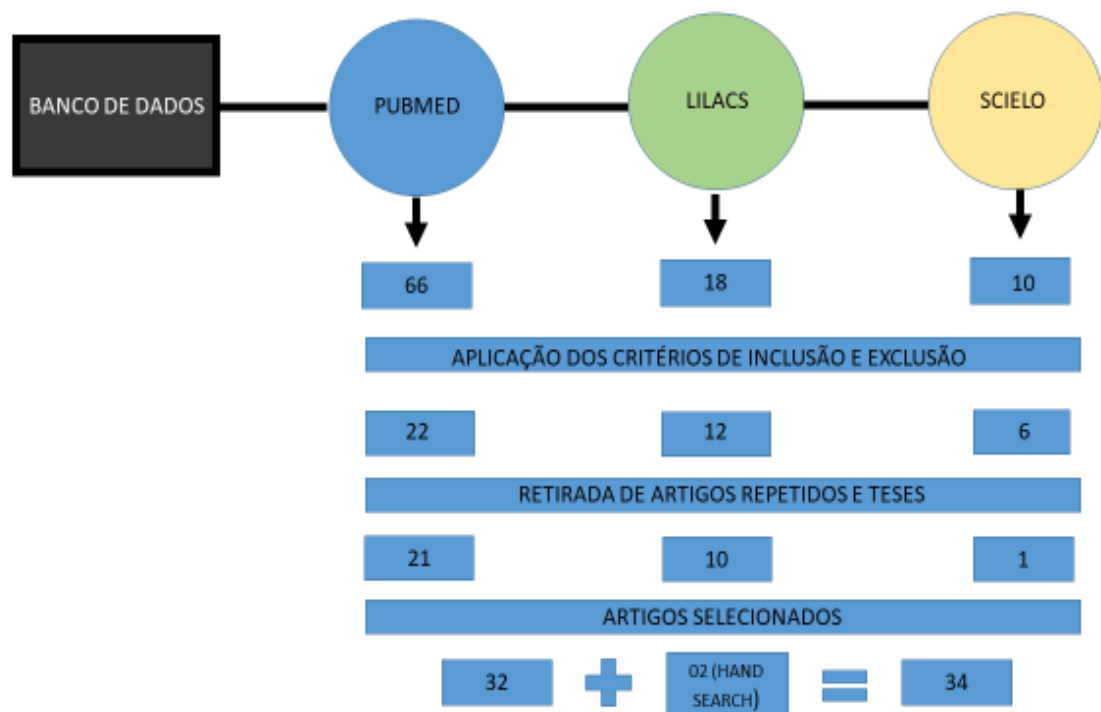
A busca de estudo ocorreu no período de maio e junho de 2018. Os critérios de inclusão foram: artigos em português, inglês e espanhol, publicados nos últimos dez anos que apresentassem em sua discussão considerações sobre o estresse sendo fator impacto no trabalho do professor inserido em um contexto escolar, indexados nas bases PUBMED, LILACS e SCIELO.

Para a realização da busca, foram utilizados os seguintes descritores no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (*Medical Subject Headings*): Educação (Education), Estresse Psicológico (Stress Psychologic) e Professores Escolares

(School Teachers). Os termos foram utilizados como descritores e também como palavras do título e do resumo.

Nesta busca, foram inicialmente identificados 66 artigos científicos na base de dados PUBMED, 18 na LILACS e 10 na SCIELO para a leitura exploratória dos resumos. Desses 94 artigos, aplicou-se o critério de exclusão por tema e posteriormente retirou-se artigos duplicados e teses, sendo selecionados, portanto 32 artigos que foram lidos integralmente. Na busca manual (hand search) foram selecionados mais 02 artigos sobre o tema, que adequaram aos critérios de inclusão e exclusão, totalizando 34 artigos para leitura integral.

Assim, os artigos que foram selecionados como objeto de estudo por apresentarem aspectos que respondiam à questão norteadora desta revisão e as etapas deste processo estão descritas no fluxograma a seguir:



Após a seleção dos 34 artigos, utilizou-se do formulário de extração das informações de interesse, a saber: título do artigo, autores e ano, delineamento do estudo//instrumentos, síntese das conclusões e resultados (Ursi & Gavão, 2006).

O nível de evidência considerada na análise dos estudos, com classificação hierárquica, foi aplicado nos textos que preencheram os critérios de inclusão. São eles: nível I para estudos clínicos de metanálise controlados e com randomização; nível II para estudo randomizado, individual e experimental; nível III para quase-experimental, não randomizado, com grupo único e controlado; nível IV para estudo não-experimental, pesquisa qualitativa ou estudo de caso; nível V para relatórios de casos ou informações obtidas sistematicamente, de qualidade verificável, ou dados de avaliação de programas e o nível VI para evidências originadas de opiniões de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas (Stetler, 1998). Os artigos selecionados foram dispostos na seguinte tabela:

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
A pilot cluster randomised controlled trial of a support and training intervention to improve the mental health of secondary school teachers and students – the WISE (Wellbeing in Secondary Education) study	kidger, et al 2016	. Longitudinal Research Intervention or control group. In the intervention schools. . Received Mental Health First Aid (MHFA) .Training and became staff peer and) - regression modelling Nível I	Thirteen training observations, 14 staff focus groups and 6 staff interviews were completed, and 438 staff (43.5 %) and 1,862 (56.3 %) students (years 8 and 9) completed questionnaires at baseline and one year later.	Results support the development of a full-scale cluster RCT, if steps are taken to improve response rates and implement the suggested improvements to the intervention.	Teacher mental health, Mental health in schools, Adolescence, Wellbeing, Pilot randomised controlled trial
A rational-emotive stress management intervention for reducing job burnout and dysfunctional distress among special education teachers: An effect study.	Ugwoke, et al 2018	Longitudinal Research Randomized control group questionnaires Nível I	intention-to-treat analysis showed that the rational-emotive stress management intervention program was efficacious in reducing the levels of job-related burnout symptoms and dysfunctional distress.	Study demonstrates the effectiveness of a rational-emotive stress management intervention in reducing the level of job-related burnout and distress in a sample of special education teachers in Nigeria.	Stress, rational - emotive, job burnout.
Association of psychological distress and work psychosocial factors with self-reported musculoskeletal pain among secondary school teachers in Malaysia	Zamri, et al 2016	Transversal Research Cross-sectional study questionnaires Nível II	The prevalence of among 1482 teachers in the past 12 months was 48.0% (95% Confidence Interval (CI) 45.2%, 50.9%) and 60.1% (95% CI 57.4%, 62.9%) respectively	Interventions targeting psychological distress and work-related psychosocial characteristics may reduce musculoskeletal pain among school teachers.	Musculoskeletal, schoool teachers, psychological distress.
Associations between different types of physical activity and teachers' perceived mental, physical, and work-	Bogaert, et al 2014	Online survey conducted PA and sitting time were estimated using the International Physical Activity Questionnaire, Nível II	Total amount of PA, total amount of moderate-to-vigorous PA, transportation-related PA, and PA at home were not	Because secondary school teachers' levels of perceived health are low, they are an important target group for interventions	Well-being, Teachers, Leisure-time physical, activity Occupationa, physical activity

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
related health			associated to teachers' perceived health.	aiming to improve health.	
Cohort study on clustering of lifestyle risk factors and understanding its association with stress on health and wellbeing among school teachers in Malaysia (CLUSTER)--a study protocol.	Moy, et al 2014	Research Longitudinal Questionnaire health assessment Prospective cohort study. Nível I	Risk factors including stress and risk of obesity, hypertension, impaired glucose tolerance (IGT), diabetes mellitus (DM), coronary heart diseases, kidney failure and cancers among teachers.	Study will provide a good basis for exploring the clustering of lifestyle risk factors and stress and its association with major chronic medical conditions such as obesity, hypertension, impaired glucose tolerance, diabetes mellitus, coronary heart diseases, kidney failure and cancers among teachers.	TeachersCohort studyWork related stressClustering of lifestyle risk factors
Common psychiatric symptoms among public school teachers in Palmas, Tocantins, Brazil. An observational cross-sectional study	Baldaçara, et al 2015	They were selected randomly from a list of employees of the Municipal Education Department of Palmas. All of them answered the SRQ-20 questionnaire after giving their consent. Nível II	Between the years 2008 and 2011, 24 cases of absence from work due to mental disorders were found.	study found that the prevalence of mental disorders among teachers is as high as seen in the literature.	Teaching. Mental health. Work. Prevalence. Faculty.
condiciones de trabajo y salud en docentes universitarios y de enseñanza media de Mendoza, Argentina: entre el compromiso y el desgaste emocional	Collado, et al 2016	revisión y evaluación de estudios y fuentes que han abordado las condiciones de trabajo y la promoción de la salud de los trabajadores cuestionários Nível IV	la población considerada se encuentra en tramos etarios centrales, detenta un alto nivel de posgraduación en relación con su escolarización, fundamentalmente entre los docentes de la unidad	el 75% de los docentes reconoció desgaste emocional en el desempeño de su tarea y el 60% un estado de agotamiento mental, cuyas consecuencias – desconcentración, desgano y preocupación– se manifestaron	Salud laboral; condiciones de trabajo; Docentes; instituciones Académicas; Argentina.

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
			académica universitaria (un 79% respecto a la totalidad de los docentes censados).	en un tercio del plantel.	
Contributions of Work-Related Stress and Emotional Intelligence to Teacher Engagement: Additive and Interactive Effects	Mérida-López, et al 2017	We used the Wong and Law Emotional Intelligence Scale (WLEIS). Nível I	As can be seen, emotional intelligence was positively and significantly related to vigor, dedication, and absorption and negatively associated with role ambiguity and role conflict. Similarly, role conflict were negatively related to engagement dimensions.	In summary, it appears critical to examine the impact of job demands in explaining teachers' levels of engagement beyond the influence of personal resources such as .	engagement; work-related stress; role ambiguity; role conflict; emotional intelligence; teachers; interaction
Effect of Transcendental Meditation on Employee Stress, Depression, and Burnout: A Randomized Controlled Study	Elder, et al 2014	Transcendental Meditation program or a wait-list control group Nível II	Results of univariate F tests indicated a significant reduction of all main outcome measures.	The Transcendental Meditation program was effective in reducing psychological distress in teachers and support staff working in a therapeutic school for students with behavioral problems.	stress, burnout, transcendental meditation
Expelling Stress for Primary School Teachers: Self-Affirmation Increases Positive Emotions in Teaching and Emotion Reappraisal	Morgan, J. Atkin, L. 2016	Questionnaires The Work-Related Self-Affirming Implementation Intention (WS-AII) The Control Implementation Intention (CII) Nível I	The independent variable was condition with two levels: WS-AII and C-II. The dependent variables were age, gender, tenure, baseline positive and negative ETI scores, ERQ (reappraisal and	The present study adds to these findings by showing that immediate anxiety can be reduced after self-affirming and that emotions in teaching and emotion regulation can be improved	teaching; stress; anxiety; well-being; self-affirmation; emotions in teaching; emotion regulation; coping

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
			suppression), and state anxiety	overtime via the administration of a brief work-related self-affirming implementation intention.	
Impact of the psychosocial aspects of work on the quality of life of teachers	Fernandes, M. H. Rocha, V. M. 2008	Descriptive research with cross-section, with 242 teachers from the basic network as a sample. The Whoqol-breve was used to evaluate quality of life and questions about the degree of psychological control. Nível II	In the general evaluation of the quality of life, the physical and environmental domains were the ones with the lowest mean scores.	Teachers with active and highly demanding work present a greater commitment in the areas of quality of life, requiring greater investment in policies to promote the health of these workers.	Quality of life, Teachers, Brazil, Work conditions, Psychosocial impact
Job Burnout and Engagement among teachers – worklife areas and personality traits as predictors of relationship with work	Mosja - Kaja, et al. 2015	Questionnaires Maslach Burnout Inventory – General Scale, Areas of Worklife Scale, Temperament and Character Inventory, and Positive and Negative Affect Schedule. Nível II	The hierarchical regression analysis revealed that teachers' efficacy is determined only by personality factors, while exhaustion and cynicism are determined by both individual and organizational variables.	The study provided insight into the role of individual factors in the development of teacher burnout and engagement.	Burnout, Teachers, Engagement, Individual differences, Worklife areas
Long working hours and psychological distress among school teachers in Japan	Bannai, et al 2015	Questionnaires Transversal research Nível II	Psychological distress was identified in 47.8% of males and 57.8% of females.	There is a significant association between long working hours and psychological distress in male teachers.	Gender, Mental health, Occupational health, School teacher, Work time
Mental Health of Elementary Schoolteachers in Southern Brazil: Working Conditions and Health Consequences	Cezar-Vaz, et al 2015	Exploratory and descriptive study Nível I	School teachers include inadequate salary (56.8%), inadequate or work material (54.1%), size of the	From the results obtained, it was observed that stressful working conditions are related to the consequences	Schoolteachers Working Conditions Health Consequences

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
			classroom being inadequate for the number of students(50%),	for the health of elementary school teachers.	
Occupational stress and its related factors among university teachers in China	Sun, et al. 2011	Transversal Research Questionnaires cross-sectional study Nível I	The average raw score of PSQ was 91.0 among the university teachers.	We concluded that, in comparison to work-related factors and social support, mental health is a prominent risk factor for occupational stress in university teachers in China.	occupational stress teachers China
Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB	Batista, et al 2010	O estudo de corte transversal foi realizado nas Regiões de Ensino da Prefeitura Municipal de João Pessoa, PB, com (265 professores). MBI-ED - Maslach Burnout Inventory-Educators Survey. Questionários Nível I	Presença de Burnout e a possibilidade do processo estar sendo contido pelo sentimento de realização profissional no trabalho, tendo em vista ser a dimensão que apresentou maior percentual.	Um terço dos professores avaliados (33,6%) apresentou alto nível de Exaustão Emocional; 43,4% evidenciaram Baixa Realização Profissional.	Estresse psicológico. Síndrome de Burnout. Professores. Saúde ocupacional. Saúde pública.
Qualidade de vida e esgotamento profissional entre docentes da rede pública de Ensino Médio e Fundamental no Sul do Brasil	Tabeleão, et al 2011	Delineamento transversal questionários Escala de qualidade de vida WHOQOL-bref 4: físico, psicológico, relações sociais e ambiente. Nível I	63% e 21% dos docentes apresentaram níveis médios e altos de exaustão. (30%) apresentou altos níveis de despersonalização, e 58% e 14% apresentaram níveis médios e baixos de realização pessoal.	Os índices médios foram: 69,2 (desvio-padrão - DP = 16,8) para o domínio físico, 70,6 (DP = 14,0) para o psicológico, 72,5 (DP = 17,3) para o domínio relações sociais e 60,7 (DP = 14,0) para o ambiente.	Qualidade de Vida; Saúde do Trabalhador; Docentes; Ambiente de Trabalho.
Relationship between depressive symptoms and perceived individual level occupational	Nakada, et al 2016	The Japanese version of Zung's Self-Rating Depression Scale (SDS) was used to evaluate depressive symptoms, and the Generic Job Stress Questionnaire	A total of 202 (20.1%) teachers belonged to the depressive group	is necessary to reduce workload by focusing on the content of teachers' work and the setting of education	Depressive symptoms, occupational stress Japanese schoolteachers

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
stress among Japanese schoolteachers		was used to evaluate occupational stress and three measures of social support. Nível I		itself. Focusing on these elements will reduce teachers' depressive symptoms.	
The Comparison of the Effect of Transactional Model-Based Teaching and Ordinary Education Curriculum-based Teaching Programs on Stress Management among Teachers	Mahmoodabad, et al 2014	The study was a semi-experimental one. Questionnaire its validity and reliability had been proved. Eight teaching sessions were hold for 60-90 min. Nível I	The participants were 200 people of Yazd teachers of primary schools. Mean age of group 1 and 2 was 42.05±5.69 and 41.25±5.89 respectively.	Results showed a decreasing effect of both programs, but the Transactional Model-based interference indicated to decrease stress more than the other.	Transactional model, education program, stress management
Web-Based Training Program Using Cognitive Behavioral Therapy to Enhance Cognitive Flexibility and Alleviate Psychological Distress Among Schoolteachers: Pilot Randomized Controlled Trial	Oishi, et al 2018	Web-based CBT program that lasted for 3 months. The items of outcome evaluation were cognitive flexibility and subjective distress, and the efficacy of intervention was evaluated at 3 months after intervention. Nível II	Scores of cognitive flexibility and subjective distress were significantly more improved in the intervention group than in the control group.	The results of this study suggest that simple stress management training using a Web-based CBT program in elementary schoolteachers enhances cognitive flexibility and alleviates subjective distress.	school teachers; education cognitive therapy randomized controlled trial
WORKPLACE BULLYING AND MENTAL HEALTH AMONG TEACHERS IN RELATION TO PSYCHOSOCIAL JOB CHARACTERISTICS AND BURNOUT	Bernoitaitė, L. Malinauskienė, V. 2016	Questionnaire (response rate 71.3%). Questionnaire (GHQ-12) – psychological distress, Burnout Inventory questionnaire – psychosocial job stressors. Nível I	Workplace bullying was prevalent among Kaunas teachers (occasional – 8.3%, severe – 2.9%). emotional exhaustion was found in 25.6% of them.	Occasional and severe bullying were strong predictors for psychological distress. Burnout did not mediate those associations.	Teachers, Psychosocial job characteristics, Psychological distress, Workplace bullying, Occupational epidemiology, Occupational burnout
AValiação dos Níveis de Estresse e Depressão em Professores da Rede Pública do Município de	Scandola ra, et al 2015	Foi realizado um estudo prospectivo, experimental e longitudinal GHQ-12 e no Inventário de Beck testes de Kruskal-Wallis ANOVA	Dos 106 professores participantes da pesquisa, 46,2% deles sofrem de algum nível de estresse psicossomático	Necessidade de uma maior visibilidade da questão e o auxílio a esses profissionais, procurando melhorar a	Depressão; Estresse; Professores; Rede Pública; Educação; Saúde Pública.

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
FRANCISCO BELTRÃO - PR		Nível I	e 21,7% possuem características de depressão	qualidade de vida dessa categoria profissional.	
Dimensionalidad e da Escala de Estresse Percebido (Perceived Stress Scale, PSS-10) em uma Amostra de Professores	Machado, et al 2012	Análise fatorial exploratória pelo método de extração utilizando a matriz de correlações policóricas e o critério de análise paralela para retenção dos fatores indicou a solução unifatorial como a mais ajustada aos dados Nível III	Os itens possuíram cargas fatoriais adequadas e o fator retido explicou 67% da variância comum dos escores, apresentando consistência interna ($\alpha = 0,80$)	Este estudo fornece evidências de validade da PSS-10 no contexto brasileiro.	Escala de Estresse Percebido, PSS-10, análise fatorial exploratória, análise paralela, métodos robustos.
Fatores que prevalecem ao esgotamento profissional em professores	Silva, et al 2017	Estudo transversal, 462 professores das cidades de Januária, Itacarambi, Manga, São Francisco e Pedras de Maria da Cruz foram entrevistados. Questionário utilizado: Preliminar de Identificação do Burnout Nível I	Dos professores investigados, 24 % estavam na fase 3 – a SEP – e 4,7% dos professores estavam na fase 4 – estágio mais crítico da síndrome. A SEP esteve associada à baixa remuneração, à dedicação à carreira de docente e ao tempo de trabalho de um a 11 anos ou mais	Pode-se concluir que a SEP é altamente prevalente entre os professores efetivos e efetivados do ensino público e gratuito.	Esgotamento Profissional, Professores, Estresse Psicológico.
Intervenção Profissional na Educação Física Escolar: considerações sobre o trabalho docente	Both, J. Nascimento, J. V. 2009	Pesquisa bibliográfica Nível IV	Esgotamento Profissional e fatores associados a ela em professores destacam a exaustão emocional, a despersonalização e a diminuição da realização pessoal no trabalho	Há necessidade de continuação destes estudos para que os problemas detectados sejam considerados pelos gestores e pela própria comunidade escolar no sentido de garantir um ambiente de trabalho saudável na escola.	Docentes Educação Física Condições de Trabalho Doença Satisfação no Emprego.
THE CONTEXT OF TEACHING AND ITS	Brasil, et al 2016	Qualitative study conducted between Nível IV	The participants identified the causes for	The themes pointed out by the participants	Faculty, Psychological Stress, Health

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
INFLUENCE ON PSYCHIC SUFFERING OF PRIMARY EDUCATION TEACHERS			psychic suffering in the context of teaching, factors; institutional factors and social and interpersonal relationships.	revealed that work overload, inadequate environment, aggressiveness of children, individualism of colleagues, lack of school structure and institutional pressures are the causes of psychic suffering.	Promotion.
Salud Mental, Función Docente y Mentalización en la Educación Preescolar	Ochoa, A. M. M; Arango, A. C. G. 2015	Revisión bibliográfica Nível IV	el concepto de mentalización, su relación con el desarrollo socio afectivo y la salud mental y, se enuncian programas que fomentan dicha capacidad en contextos tanto escolares como no escolares	Discusión alrededor de los programas de formación del docente de preescolar, su competencia emocional o capacidad de mentalización y la incidencia en el desarrollo socio emocional y la salud mental de los niños a su cargo	Salud mental; educación preescolar; trabajo docente.
Síndrome de Burnout: diferenças segundo níveis de ensino	Carlotto, M. S. 2010	Análise de Variância MBI – Maslach Burnout inventory Nível I	O ensino médio apresenta maior índice de despersonalização que o nível infantil e universitário	Variáveis laborais associaram-se de forma diferenciadas nos grupos de ensino infantil e médio. Níveis de ensino fundamental e universitário não apresentaram associação com as variáveis laborais investigadas.	Síndrome de Burnout, professores, níveis de ensino.
STRESS OCUPACIONAL NO ENSINO: UM ESTUDO COM PROFESSORES DOS 3º CICLO E ENSINO	Gomes, et al 2010	Análise prévia das características psicométricas dos instrumentos utilizados (estrutura factorial e índices de fidelidade) Questionário	Stress ocupacional (perto de 40%), e de “burnout” (10%), vários problemas de saúde física e	Maior stress ocupacional nas mulheres, nos professores mais velhos, nos profissionais com vínculos	Stress; “burnout”; saúde; satisfação; professores.

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
SECUNDÁRIO		demográfico Questionário de Stress nos Professores (QSP) Nível II	valores de insatisfação profissional perto dos 20%	profissionais mais precários, com mais horas de trabalho e com mais alunos em sala de aula	
Validez factorial del «Cuestionario para la Evaluación del Síndrome de Quemarse por el Trabajo» (CESQT) en una muestra de maestros mexicanos	Gil-Monte, et al 2009	Transversal research La muestra - 698 profesores de educación primaria de escuelas públicas. Según el género, 133 participantes fueron hombres (19.10%) y 541 mujeres (77.50%). «Cuestionario Nível I	Los resultados confirmaron la hipótesis formulada. Todas las cargas factoriales resultaron significativas con valores altos, superiores a .50.	Los resultados del estudio contribuyen a la validación psicométrica del modelo teórico de cuatro dimensiones origen del cuestionario, y a la validación transnacional del instrumento, y permiten concluir que el CESQT	Síndrome de quemarse por el trabajo, burnout, análisis factorial, estrés laboral, estudio transcultural.
Psychobiological responses at the beginning and the end of an academic year in teachers	Serrano, et al 2013	Mood was evaluated by the PANAS questionnaire (Watson, Clark & Tellegen, 1988) Statistical analysis Nível II	Results show that psychological and heart rate responses to a working day were different at the end of the year, increasing, especially in men. BP and C responses descended at the end of the year	An academic year could affect negatively to the emotional state and heart rate of teachers	Work stress; cardiovascular response; cortisol; mood; teachers
As possíveis alterações no estilo de vida e saúde de professores	Teixeira, et al. 2015	Revisão Integrativa Nível III	Os resultados mostrados apresentam as principais alterações de saúde da classe profissional de professores, sendo que os artigos estudados agruparam e correlacionaram conhecimentos com o atual estilo de vida e qualidade dos	Necessário criar alternativas de promoção da saúde no ambiente de trabalho. Partindo de ideias do próprio profissional, ele pode buscar estratégias para melhoria do estilo e qualidade de vida.	Estilo de vida; Trabalho; Docentes; Ensino fundamental e médio; Saúde do trabalhador

Título do Artigo	Autores e ano	Delineamento de estudo/nível de estudo	Resultado	Síntese das Conclusões	Palavras Chaves
			docentes.		
Avaliação da qualidade de vida dos professores universitários da cidade de Bauru – SP.	Martinez, K. A.; Vitta, A. Lopes, E. S. 2009	Pesquisa descritiva, exploratória, de campo, transversal, e com abordagem quantitativa com 130 professores, sendo 51 das universidades privadas e 79 das públicas Nível I	Os resultados indicaram que quanto mais horas trabalhadas por semana pior é o escore de qualidade de vida nos domínios meio ambiente, psicológico e questões gerais de qualidade de vida	Importância do trabalho docente versus qualidade de vida, assinalando a interface existente entre trabalho e saúde.	Qualidade de vida. Trabalho. Instrumentos de avaliação. Docentes.

RESULTADOS

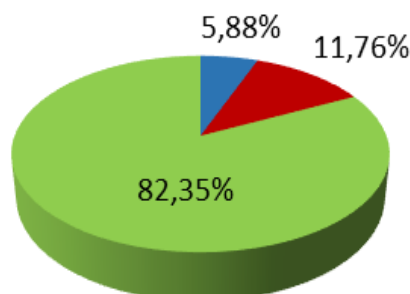
A partir da pesquisa nas bases de dados, verificou-se que os autores priorizaram o uso de instrumentos padronizados. Nesse sentido, obteve-se 82,35 % de estudos transversais, 11,76% de estudos longitudinais e 5,88% de estudos bibliográficos referentes ao tema “estresse e relação com professores”. Como é possível conferir no quadro abaixo:

Quanto ao tipo de Estudo:

Pesquisa	Quantidade	Percentual
Bibliográficos	2	5,88%
Longitudinais	4	11,76%
Transversais	28	82,35%
Total	34	100,00%

Tipo de Estudo

■ Bibliográficos ■ Longitudinais ■ Transversais



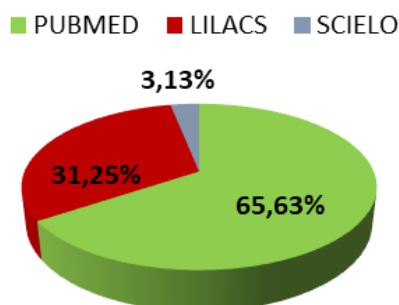
Verifica-se que a maior parte dos estudos foram encontrados no banco de dados PUBMED (21), seguido pela LILACS (10) e Scielo (1). Como pode ser visualizado o quadro abaixo:

Quanto ao local de Publicação

Plataforma	Quantidade	Percentual
PUBMED	21	65,63%
LILACS	10	31,25%
SCIELO	1	3,13%
Total	32	100,00%

(Obs: não considerando os artigos do hand search)

Local de Publicação



Quanto a origens dos estudos, verifica-se que a maior parte são brasileiros, sendo 10 artigos, seguidos por 3 estudos dos Estados Unidos e os demais em diversas localizações (Japão, Malásia, Argentina, Polônia, México, Bélgica e Nigéria).

DISCUSSÃO

Os artigos encontrados nessa revisão integrativa se deram em grande parte no banco de dados da PUBMED (ciências médicas), visto que a questão do estresse se envolve com saúde, seguidos do banco LILACS e posteriormente SCIELO. O maior impacto encontrado nos artigos com relação ao estresse e o professor relaciona-se com o campo da saúde mental. Todos os artigos (100%) relacionam a saúde mental com a qualidade dos serviços prestados pelo profissional da sala de aula.

21% dos estudos sobre estresse e o professor se deu no ano de 2015 e 21% em 2016, devido ao aumento de estudos frente a Síndrome de Burnout como uma grande consequência das relações de estresse em sala de aula. Dentre as consequências do estresse relacionado com a saúde mental dos professores, a mais considerável foi o desenvolvimento da Síndrome de Burnout, (30%), esgotamento emocional/físico (20%), afastamentos via doenças crônicas (18%), insatisfações gerais incluindo salário e condições de trabalho (12%), distúrbios de humor e sono (10%) e relações interpessoais (10%).

De acordo com Batista (2010) o Burnout é um fenômeno psicossocial que surge como uma resposta crônica aos estressores interpessoais ocorridos na situação de trabalho, que acomete profissionais que mantêm uma relação constante e direta com outras pessoas, como

professores, médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, policiais, bombeiros etc. A investigação sobre a Síndrome de Burnout pode expressar o aumento da preocupação da comunidade científica em relação à saúde mental do professor destes níveis de ensino.

O estresse estar apontado como um sinal de adoecimento é atinente às características do trabalho do professor, uma vez que ele está exposto a inúmeros fatores estressores descritos nos artigos e que vão de encontro com a questão norteadora desta revisão, tais como: sobrecarga de trabalho, falta de controle sobre o tempo, problemas comportamentais dos estudantes, burocracia excessiva, implementação de novas iniciativas educacionais e dificuldade de relacionamento com os supervisores.

A persistência e a intensidade com que os estressores são vivenciados pelo indivíduo, associadas a sucessivas tentativas de lidar adequadamente com fatores de estresse, também podem tornar esse indivíduo vulnerável ao surgimento da síndrome de Burnout, principal quadro clínico apresentado ao longo dos artigos analisados.

Compreende-se que o estresse pode ser considerado um sofrimento do ponto de vista psicológico do indivíduo e detecta-se atualmente uma desvalorização da figura do professor e uma exigência maior de sua atualização em busca de melhorias, o que gera investimentos financeiros e de tempo que o regente, na maioria das vezes, não consegue cobrir (FERNANDES, 1999). O resultado disto acentua os efeitos do desgaste físico e psicológico, incorrendo no absenteísmo, licenças recorrentes ou mesmo abandono da profissão. Hoje, o professor precisa de um esforço maior para ter valorização e reconhecimento do seu trabalho.

Gardenal (2009, apud ARAÚJO, 2013) afirma que existe a necessidade de estabelecer um vínculo afetivo e emocional para exercer a docência; no entanto este vínculo está sendo bloqueado pelo jogo de interdições que caracterizam a atuação dos profissionais da educação, surgindo então o sofrimento psíquico relacionado com esse estresse, uma vez que o investimento afetivo, emocional e cognitivo não apresenta retorno na díade relacional professor e aluno.

.Na atualidade, o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado. Ampliou-se a missão do profissional

para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade (SOUZA, 2003). O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade.

A Organização Internacional do Trabalho definiu as condições de trabalho para os professores ao reconhecer o lugar central que estes ocupam na sociedade, uma vez que são os responsáveis pelo preparo do cidadão para a vida (OIT, 1984). Tais condições buscam basicamente atingir a meta de um ensino eficaz. As transformações sociais, as reformas educacionais e os modelos pedagógicos derivados das condições de trabalho dos professores provocaram mudanças na profissão docente, estimulando a formulação de políticas por parte do Estado.

De acordo com Souza et al. (2003), até os anos de 1960, a maior parte dos trabalhadores do ensino gozavam de uma relativa segurança material, de emprego estável e de um certo prestígio social. Já a partir dos anos de 1970, a expansão das demandas da população por proteção social provocou o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles a educação. Partindo dessa retomada histórica é possível perceber inúmeras variáveis que justificam o estresse no campo educacional na contemporaneidade: essa desvalorização ao longo do tempo, o acúmulo de funções, o aumento das responsabilidades e o esgotamento emocional.

CONCLUSÃO

Esta revisão buscou sistematizar as últimas pesquisas frente o tema do estresse em relação com a figura do professor. É importante salientar que o conceito de estresse, para Fernandes (1999), é amplamente divulgado nos meios de comunicação, aproximando a discussão do senso comum aos fatores estressantes. A visão de que o estresse funciona como algo que desadapta o ser, causando prejuízos severos a sua competência e eficácia.

A abordagem do estresse compreende o homem como um ser que deve estar em equilíbrio com a natureza, de outra forma, o que pode provocar o desequilíbrio deve ser condenado. Assim, compreende-se que a Educação como campo de trabalho deve ser um local

de segurança na qual o professor que não fique à mercê de processos adoecidos e estigmatizantes. As teorias modernas sobre estresse têm definido que os fatores estressores permitem o homem a exercer sua capacidade de enfrentamento e não a ausência de estímulos.

A concepção de “doença mental” e trabalho, nessa abordagem seriam entendidos quando o organismo é submetido ou se submete a situações de fuga ou luta durante muito tempo, causando acúmulo de substâncias produzidas para esses fins, o que provoca danos e sofrimento ao sujeito, conhecidos com estresse. Muitos teóricos entendem o estresse não como doença mental, mas sim, o estado intermediário entre a saúde e a doença.

REFERÊNCIAS

- Araújo, L. M. B; Sousa, R. R. (2013). O Adoecimento psíquico de professores da rede pública estadual: perspectiva dos docentes. EnANPAD. Rio de Janeiro, RJ.
- Baldaçara, et al. (2015) Common psychiatric symptoms among public school teachers in Palmas, Tocantins, Brazil. An observational cross-sectional study. Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brazil. DOI: 10.1590/1516-3180.2014.8242810
- Bannai, A. Ukawa, S. Tamakoshi, A. (2015) Long working hours and psychological distress among school teachers in Japan. J Occup Health; 57: 20–27
- Batista, et al (2010). Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. Rev Bras Epidemiol; 13(3): 502-12.
- Bernotaite, L. Malinauskiene, V. (2017). Workplace Bullying and mental Health Among Teachers in relation to Psychosocial Job Characteristics and Burnout. International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health 2017;30(4):629 – 640 <https://doi.org/10.13075/ijomeh.1896.00943>.
- Both, J. Nascimento, J. V. (2009). Intervenção Profissional na Educação Física Escolar: considerações sobre o trabalho docente. Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 169-186, abril/junho.
- Brasil, et al. (2016). The Context of Teaching and its influence on Psychic Suffering of primary education Teachers. Teaching and psychic suffering. Rev Bras Promoç Saúde, Fortaleza, 29(2): 180-188, abr./jun.
- Carlotto, M. S. (2012). Síndrome de Burnout em professores: avaliação, fatores associados e intervenção. Porto, Portugal: LivPsic.
- César-Vaz, et al. (2015) Mental Health of Elementary Schoolteachers in Southern Brazil: Working Conditions and Health Consequences. Hindawi Publishing Corporation The Scientific World Journal Volume 2015, Article ID 825925, 6 pages <http://dx.doi.org/10.1155/2015/825925>

Collado (2016). Condiciones de trabajo y salud en docentes universitarios y de enseñanza media de Mendoza, Argentina: entre el compromiso y el desgaste emocional. *Salud colectiva*. 2016;12(2):203220. DOI: 10.18294/sc.2016.710.

Diehl, L. Marin, A. H (2016). Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. *Estudos interdisciplinares em Psicologia*, v.7, p. 64 – 85 Londrina – PR.

Elder, et al (2014). Effect of Transcendental Meditation on Employee Stress, Depression, and Burnout: A Randomized Controlled Study. *The Permanente Journal/ Winter 2014/ Volume 18 No. 1*. <http://dx.doi.org/10.7812/TPP/13-102>

Fernandes, S. R. P. (1999). Transformações no mundo do trabalho e a saúde psíquica: a ótica do estresse ocupacional. *Organizações & Sociedade*.

Fernandes, M. H. Rocha, V. M. (2008). Impact of the psychosocial aspects of work on the quality of life of teachers. *Rev Bras Psiquiatr*. 2009;31(1):15-20.

Galvão, C. M., Mendes, K. D. S., & Silveira, R. C. C. P. (2008). Revisão Integrativa: Método de Pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*; Florianópolis - SC, Out-Dez; 758-64.

Gil-Monte PR, Zúñiga, L.(2009). Validez del «Cuestionario para la Evaluación del Síndrome de Quemarse por el Trabajo» (CESQT) en médicos mexicanos. *Span J Psicol.*, sometido. Vol. 32, No. 3, mayo-junio.

Gomes, et al. (2010). Stress Ocupacional no Ensino: Um estudo com Professores dos 3 Ciclos e Ensino Secundário. *Psicologia & Sociedade*; 22 (3): 587-597.

Kidger, et al. (2016). (A pilot cluster randomised controlled trial of a support and training intervention to improve the mental health of secondary school teachers and students – the WISE (Wellbeing in Secondary Education) study. *BMC Public Health* 16:1060. DOI 10.1186/s12889-016-3737-y

Machado, et al. (2011). Dimensionalidade da Escala de Estresse Percebido (Perceived Stress Scale, PSS-10) em uma Amostra de Professores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 38-4.

Mahmoodabad, et al. (2014). The Comparison of the Effect of Transactional Model-Based Teaching and Ordinary Education Curriculum- based Teaching Programs on Stress Management among Teachers. *Global Journal of Health Science*; Vol. 6, No. 3; 2014 ISSN 1916-9736 E-ISSN 1916-9744 Published by Canadian Center of Science and Education.

Martinez, K. A. S. C.; Vitta, A. Lopes, E. S. (2009). Avaliação da qualidade de vida dos professores universitários da cidade de Bauru-SP. *Salusvita*, Bauru, v. 28, n. 3, p. 217-224.

Mérida-Lopez, S. Extremera, N. Rey, L. (2017). Contributions of Work-Related Stress and Emotional Intelligence to Teacher Engagement: Additive and Interactive Effects. *International Journal of Environmental Research and Public Health — Open Access Journal*

Morgan, J. Atkin, L. (2016). Expelling Stress for Primary School Teachers: Self-Affirmation Increases Positive Emotions in Teaching and Emotion Reappraisal. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. Int. J. Environ. Res. Public Health, 13, 500; doi:10.3390/ijerph13050500

Mosja-Kaja, J. Golonka, K. Marek, T. (2015). Job Burnout and Engajement Among Teachers – Worklife areas and personality Traits as predictors of relationships whit work. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health* ;28(1):102 – 119 <http://dx.doi.org/10.13075/ijomeh.1896.00238>

Moy, et al. (2014). Cohort study on clustering of lifestyle risk factors and understanding its association with stress on health and wellbeing among school teachers in Malaysia (CLUSTER)-a study protocol. *BMC Public Health*, 14:611. DOI 10.1186/1471-2458-14-611

Nakada, A. (2016) Relationship between depressive symptoms and perceived individual level occupational stress among Japanese schoolteachers. *Industrial Health*. 54, 396 – 402.

Ochoa, A. M. M. Arango, A. C. G. (2015) Salud Mental, Función Docente y Mentalización en la Educación Preescolar. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 19, Número 1, Janeiro/Abril de 2015: 117-125.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em 12 de maio de 2018.

Scandolara, et al. (2015) Avaliação dos níveis de estresse e depressão em professores da rede pública do município de Francisco Beltrão - PR. Arq. Cienc. Saúde UNIPAR, Umuarama, v. 19, n. 1, p, 31-38, jan./ abr.

Serrano, M. A. Moya-albiol, L. Salvador, A. (2013). Psychobiological responses at the beginning and the end of an academic year in teachers. Anales de psicología, 2013, vol. 29, nº 2 (mayo), 590-597 <http://dx.doi.org/10.6018/analesps.29.2.148211>

Silva, et al (2017). Fatores que prevalecem ao esgotamento profissional em professores. ISSN 2526-8910 Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 25, n. 2, p. 333-339, 2017 <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAOo822>.

Souza, K. R. et al. (2003). Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) na luta pela saúde no trabalho. Revista Ciência e Saúde Coletiva, v8, n4, p.1057 – 1068, Rio de Janeiro, RJ.

Sun, W. Wu, H. Wang, L. (2011) Occupational stress and its related factors among university teachers in China. Journal of Occupational Health.

Tabeleão, V. P. Tomasi, E. Neves, S. F. (2011) Qualidade de vida e esgotamento profissional entre docentes da rede pública de Ensino Médio e Fundamental no Sul do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(12):2401-2408, dez.

Ursi, E. S., & Gavão, C. M. (2006). Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 14(1), 124-131.

Ugwoke, et al (2018). A rational-emotive stress management intervention for reducing job burnout and dysfunctional distress among special educative teachers: na effect study. Medicine Wolters Kluwer, DOI: 10.1097. 00000000000010475.

Zamri, E. N, Moy, F. M, Hoe, V.C.W. (2017). Association of psychological distress and work psychosocial factors with self-reported musculoskeletal pain among secondary school teachers in Malaysia. PLoS ONE 12(2): e0172195. doi:10.1371/journal.pone.0172195.

Capítulo 5

AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA INFANTIL NA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA.

ELLEN RODRIGUES DA SILVA

SARA REZENDE COUTINHO RIBEIRO

“Nossa missão não é localizar os processos psicológicos superiores do homem em áreas limitadas do córtex, mas sim verificar mediante uma cuidadosa análise, que grupos de zonas de trabalho do nosso cérebro são as responsáveis pela execução da complexa atividade mental”.

Alexander Romanovich Luria

A Neuropsicologia é uma área de conhecimento voltada para a compreensão do funcionamento do Sistema Nervoso Central e as funções cognitivas, sendo estas normais ou patológicas relacionadas ao comportamento, e que possui como um dos objetivos centrais o estudo dos distúrbios através de lesões ou déficits cognitivos no cérebro. De maneira mais atual, a neuropsicologia seria um campo de atuação do psicólogo formado e especializado que possui embasamento teórico nas neurociências e fundamentos da psicologia. Nesta especialidade, o neuropsicólogo realiza certas finalidades como: avaliação, reabilitação, pesquisa e acompanhamento neuropsicológico (Maloy-Diniz, 2008; Gil, 2002).

A avaliação neuropsicológica conforme Macedo, Mendonça, Schletcht, Ortiz e Azambuja (2007) é uma técnica de averiguação e análise da cognição que com a identificação precoce de transtornos ou distúrbios, pode ser benéfico para futuros processos reabilitadores do paciente, além de fazer um processo de comparação entre resultados.

É também de acordo com Miranda (2005) um procedimento que busca compreender de modo qualitativo e quantitativo com métodos da neurociência, as manifestações de distúrbios do comportamento, como e onde se expressam no cérebro. Pode-se solicitar a avaliação neuropsicológica em alguns casos como: auxílio ao diagnóstico, prognóstico, tratamento, reabilitação e perícia psicológica (Winograd, Jesus & Uehara, 2018).

A avaliação neuropsicológica ocupa um espaço central auxiliador na averiguação das funções mentais, e singularmente das funções cognitivas. Tanto no processo de avaliação

infantil, quanto no adulto e no idoso existe algumas etapas a serem seguidas para a realização sendo elas a entrevista inicial, o planejamento inicial, escolha dos instrumentos, testagem, correção e análise. Pode-se utilizar de baterias fixas ou flexíveis, para avaliar funções e capacidades como a atenção, flexibilidade cognitiva, inteligência, funções motoras, funções executivas, funções ligadas à aprendizagem entre outras (Lezak, Howieson & Loring, 2004).

Nos processos utilizados na avaliação neuropsicológica infantil, há uma diferenciação na análise dos dados. Deve-se ter prudência e consideração maior com relação à maturação cerebral, aos fatores ambientais e sociais presentes. É viável realizar com a criança uma avaliação geral de suas capacidades e limites atuais, sendo necessário que a bateria de instrumentos consiga abranger a organização do Sistema Nervoso Central e a variabilidade dos critérios do desenvolvimento físico e neurológico da criança (Costa, Azambuja, Portuguese & Costa, 2004; Miranda, 2005).

Um dos processos que pode ser avaliado é o processo normal ou patológico da aprendizagem, que ocorre ao longo do desenvolver humano de forma constante. A aprendizagem é um procedimento que acontece no cérebro, através de estímulos ou informações. É uma mudança de comportamento possibilitada pela plasticidade dos processos neurais e cognitivos. A informação após ser recebida é integrada, decodificada e armazenada, gerando aprendizado (Amaral, 2007; Rotta, 2017; Romero, Beber, Baggio & Petry, 2006).

No universo da aprendizagem, encontramos a matemática como uma área essencial no currículo escolar. É uma ciência de conhecimento utilizada desde a antiguidade e presente nos dias atuais. Sendo compreendida por muitos professores como uma ciência exata com foco na aprendizagem por memorização e prática de exercícios ou como uma ciência viva e dinâmica ainda em construção (Mol, 2013; Fiorentini, 1995).

A aprendizagem de matemática segundo Vygotsky citado por Silva e Costa (2008) consiste em um recurso importante para o desenvolvimento humano. Pois, a necessidade de lidar com números e cálculos, está presente todos os dias. Pode estar associada às situações diárias simples da vida, por exemplo: comprar, verificar o recebimento de troco, saber as horas entre outros. Entretanto, nem todos os indivíduos possuem facilidade no processo de aquisição dessas habilidades, inclusive devido à uma dinâmica neurofuncional ineficiente, podendo apresentar uma dificuldade de aprendizagem.

Conforme Souza (2014) qualquer fator seja este emocional, psicológico, biológico ou de contexto ambiental que altere o percurso natural da aprendizagem, irá resultar em um

obstáculo no seu alcance. De acordo com Lima, Mello, Massoni e Ciasca (2006) há no Brasil, em torno de 40% a 50% das crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem escolar. Mas, independentemente de se ter um diagnóstico deve-se olhar os contextos em que o indivíduo se encontra para somente assim, poder classificar. Visto que a presença de uma dificuldade de aprendizagem, não necessariamente se enquadra em um transtorno específico da aprendizagem (Relvas et al., 2014).

De acordo com Fonseca (2017) a dificuldade de aprendizagem foi introduzida por Samuel Kirk em 1963 e geralmente cria obstáculos em relação ao falar, ouvir, ler, escrever, raciocinar, resolver problemas matemáticos que podem se prorrogar durante toda a vida. As principais características seriam o desempenho não compatível com as habilidades cognitivas, dificuldades maiores e resistentes diferentemente de outros, mais presente em crianças da pré-escola, são transitórias e podem ser evitadas. Podendo surgir devido à troca de escola, desorganização familiar, problemas socioculturais e econômicos, por efeitos colaterais medicamentosos e influências emocionais (Souza, 2014).

Conforme Ballone (2004) citado por Mazer, Bello e Bazon (2009) a dificuldade de aprendizagem não deve ser percebida como não tratável ou insolúvel. Mas, sim como um desafio que faz parte e pode acontecer durante o processo de aprendizagem. Sendo importante que seja mais cedo identificada, aplicando mais precocemente recursos e métodos para sua resolução.

Segundo Oliveira citada por Mancine, Lucca e Dell'Agli (2008) suas causas podem ser voltadas para a escola devido o resultado de currículos ineficientes, sistema de avaliação falho, método e ausência de estímulos do professor, salas com muitos alunos, diferenças culturais, de maturidade ou falta de contato com os pais.

A dificuldade de aprendizagem quando identificada de forma precoce possibilita melhor tratamento com o indivíduo evitando, como diz o artigo “Crianças com dificuldade de aprendizagem: um estudo de seguimento”, que indivíduos com esse diagnóstico tenham repercussões futuras no seu desenvolvimento e problemas de adaptação (Santos & Marturano, 1999).

No caso do transtorno específico da aprendizagem de acordo com o DSM-V (2014) é um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta durante os anos de escolaridade formal, que se caracteriza por dificuldades em leitura, escrita e matemática que tenha ocorrido no mínimo seis meses. Especificamente voltado para a matemática, pode ocorrer no transtorno

específico da aprendizagem a Discalculia. A discalculia é uma especificação com prejuízo na matemática que envolve quatro dificuldades, diferentes de uma dificuldade de aprendizagem em matemática. Os prejuízos são voltados para o senso numérico, memorização de fatos numéricos, precisão ou fluência de cálculo, precisão de raciocínio matemático, déficit de memória operacional, processamento fonológico e habilidades visuoespaciais. E conforme Siqueira e Gianneti (2010) sugere-se que cerca de 5% a 17% tem algum transtorno específico da aprendizagem e a discalculia em 6% da população.

É importante, de acordo com Filho, Candiota, Franceschini, Schroeder e Menegotto (2016) compreender que o transtorno afeta pessoas com níveis normais de desenvolvimento intelectual. A discalculia não é decorrente de outros transtornos, ela é voltada para a incapacidade na área da matemática ou tudo que a envolve. Podendo estar presente em conjunto com sintomas de erros na formação de números, dislexia, não reconhecer sinais e operações, de ler corretamente, de memória para fatos numéricos, em contas matemáticas, ordem e espaço incorretos nas multiplicações e divisões.

Em quesitos neuroanatômicos de acordo com Filho et al. (2016) o hemisfério direito, se constitui por compreender quantidades numéricas e representação visual arábico. Em relação ao hemisfério esquerdo, são voltadas para o reconhecimento e produção de números e símbolos operacionais, preservando a noção de quantidade numérica. De modo que, uma inabilidade dessas funções, podem ser causadores de dificuldades ou transtornos. São necessárias as diferenciações da dificuldade de aprendizagem e o transtorno para uma melhor compreensão dos sintomas pelos profissionais visando um melhor diagnóstico e tratamento.

Em meio à grande quantidade de diagnósticos enviesados, dificuldades e transtornos de aprendizagem levantados no meio escolar e clínico se faz importante mais pesquisa para o auxílio informativo nestes campos de atuação. Proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida ao indivíduo e maior referencial teórico, prático e científico para a Neuropsicologia. Objetiva-se com este trabalho averiguar por meio da avaliação neuropsicológica em formato de estudo de caso quais são os aspectos cognitivos e emocionais envolvidos na dificuldade de aprendizagem de matemática. Este estudo poderá possibilitar uma melhor compreensão por meio da avaliação neuropsicológica sobre a dificuldade de aprendizagem em matemática.

MÉTODO

Participante

A paciente Júlia (Nome fictício) com 10 anos de idade foi encaminhada para atendimento no Núcleo de Estudo, Pesquisa e Prática Psicológica (NEP) do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) pelo Colégio, cursando o quarto ano até o momento de sua avaliação. O colégio a encaminhou com a queixa de dificuldades de aprendizagem de matemática.

Local

Todas as sessões aconteceram no consultório do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Prática Psicológica (NEP). O consultório contém mobília adequada para os atendimentos, climatização, isolamento acústico e iluminação para o procedimento.

Instrumentos e materiais

Na primeira sessão foi realizada uma entrevista anamnese semiestruturada com a mãe e o pai. Realizado então com a permissão dos responsáveis, contato com a escola para adquirir informações de histórico escolar da cliente. Em seguida, na segunda sessão realizou-se o contato inicial com a cliente e uma sessão lúdica com diversos brinquedos para formação de vínculo. Após esta sessão, foi determinada a bateria de testes para o início da avaliação neuropsicológica. Ao todo, foram realizadas em nove sessões de testagem com duração de cinquenta minutos cada. A tabela 1 abaixo apresenta os instrumentos utilizados com suas respectivas descrições:

Tabela 1: Instrumentos utilizados e descrição dos constructos cognitivos avaliados por meio da avaliação neuropsicológica.

Instrumento	Objetivo
Escala De Inteligência De Wechsler Para Crianças - IV (WISC-IV) (Wechsler, 2013).	É um instrumento clínico de aplicação individual, que tem como objetivo avaliar a capacidade intelectual e a resolução de problemas de crianças de 06 anos e 0 meses a 16 anos e 11 meses. É composto por 15 subtestes, sendo 10 os principais e 5 suplementares. Através deste teste é possível verificar e analisar o raciocínio fluído e cristalizado, memória de trabalho, inteligência, velocidade de processamento, abstração e categorização, raciocínio verbal, capacidade de adquirir, reter e recuperar informações, raciocínio lógico entre outros.
Bateria Psicológica Para Avaliação da Atenção	Este teste permite avaliar a capacidade geral de

(BPA) (Rueda, 2013).	atenção concentrada (AC), dividida (AD) e alternada (AA) de maneira individualizada. Pode ser aplicada em crianças, adultos e idosos auxiliando no diagnóstico.
Coleção RAVLT - Teste de Aprendizagem Auditivo - Verbal de Rey (Malloy-Diniz & Paula, 2018).	O teste avalia a memória declarativa, memória auditivo-verbal, memória de curto e de longo prazo, memória de reconhecimento, perseveração, intrusão, sensibilidade à distratores, retenção após outra tarefa, sistema de primazia e recentividade. Pode-se aplicá-lo a partir dos 06 aos 92 anos de idade, durando em média de 40 minutos.
Figura Complexa de Rey (Rey, 2010).	O teste proporciona a medição de planejamento e organização perceptual, orientação visuoespacial e visuoconstrutiva, função motora, memória imediata visual. Com aplicação a partir dos 5 a 88 anos de idade para Figura A e de 4 a 8 anos para a Figura B.
H. T. P. - House, Tree, Person (Buck, 2013).	É um teste projetivo, que avalia as características da personalidade do sujeito por meio da casa, árvore e pessoa. Sendo aplicável a partir de 08 anos.
Teste dos Cinco Dígitos (FDT) (Sedó, 2015).	Este teste permite avaliar as funções cognitivas (executivas), em principal a atenção sustentada. Um de seus objetivos é medir a velocidade de processamento, a capacidade de focar, reorientação da atenção, controle inibitório e flexibilidade cognitiva. Possui cinco dígitos que são mais acessíveis em atividades habituais e Pode ser aplicado em indivíduos a partir dos 06 anos a 92 anos de idade, com aplicação individual com duração de 5 a 10 minutos.
TDE - Teste de Desempenho Escolar (Stein, 1994).	O teste tem como objetivo a avaliação das capacidades fundamentais para o desempenho escolar da escrita, aritmética e leitura. A avaliação abrange desde primeira a sexta séries do ensino fundamental, e com reservas para a sétima e oitava séries.
Teste Não Verbal de Raciocínio para Crianças - TNVRI (Pasquali, 2005).	O teste permite avaliar o potencial intelectual de crianças e jovens a partir de 05 a 13 anos de idade, se baseando no fator G de inteligência.
Atividades Informais.	Foram aplicadas algumas atividades de análise qualitativa, para avaliar algumas funções cognitivas.

Procedimentos

No quadro abaixo, são relatados de forma breve o modo em que ocorreram as sessões da avaliação neuropsicológica deste estudo de caso.

Tabela 2: Descrição das sessões e seus respectivos procedimentos realizados.

Sessão	Procedimento
1º	Neste primeiro contato ocorreu a realização do contrato verbal, após a aprovação foi explicado o processo de avaliação neuropsicológica com os responsáveis legais. Logo, procedeu-se a realização da anamnese semi-estruturada de foco infantil com a mãe e pai da cliente.
Contato com a escola	Este contato com a escola ocorreu por meio da coordenadora da unidade em que a cliente estuda atualmente, sendo adquiridas informações sobre o comportamento e histórico escolar da cliente.
2º	Na segunda sessão foi feito o contato inicial com a cliente e a hora lúdica, onde haviam diversos brinquedos de diferentes tipos e idades. Com a hora lúdica foi possível a criação do vínculo, verificar e analisar alguns aspectos da criança e seu funcionamento cognitivo.
3º	Na terceira sessão, realizou-se primeiramente um breve rapport e dado início a aplicação dos subtestes do WISC - IV: Sendo cubos, semelhanças e Dígitos.
4º	Nesta quarta sessão foi realizado a continuidade da aplicação dos subtestes do WISC - IV: Sendo conceitos figurativos, vocabulário, sequência de números e letras e compreensão.
5º	Na sexta sessão foi dada continuidade a aplicação dos subtestes do WISC - IV: Sendo códigos, raciocínio matricial, procurar símbolos, completar figuras e cancelamento.
6º	Ocorreu nesta sétima sessão a aplicação da coleção RAVLT - teste de aprendizagem auditivo-verbal de rey, Teste Não Verbal de Raciocínio para Crianças - TNVRI e o subteste raciocínio com palavras do WISC-IV.
7º	Nesta oitava sessão foi aplicada a Bateria Psicológica para avaliação da Atenção - BPA, Figura Complexa de Rey, Atividade de Fluência verbal, Atividade de Fluência Semântica, atividade de cópia de formas e gestos.
8º	Nesta sessão, foram aplicados o Teste de desempenho escolar - TDE e teste H. T. P. - House, Tree, Person.
9º	Nesta última sessão, realizou-se a devolutiva escrita e oral para os responsáveis legais da cliente.

RESULTADOS

Ciclo vital e queixas

Na anamnese foi possível, por meio do relato da genitora, identificar que a gestação ocorreu dentro do esperado. O parto foi cesariano, a termo e sem intercorrências. O desenvolvimento neuropsicomotor ocorreu dentro do esperado, firmou o pescoço com 03 meses, sentou aos 04 meses, engatinhou aos 06 meses, andou e falou com 1 ano de idade. Teve facilidade de se comunicar com os familiares, mas com pessoas externas e novas apresentava timidez.

A genitora relatou que desde aos quatro anos quando começou no ensino regular, a paciente não consegue aprender muito bem os conteúdos da disciplina de matemática, operações básicas, reconhecimento de números entre outros demonstrando muita dificuldade

gerando desempenho baixo na escola e no dia a dia em situações que exijam essas operações, como olhar as horas em relógios de ponteiro, somar dinheiro ou saber quanto de troco deve receber, sendo que tais dificuldades persistem mesmo com a genitora a ensinando frequentemente.

Reprovou em quatro matérias ano passado desde que mudou de escola, por ser uma escola mais puxada. Na antiga escola era aprovada mesmo sem aprender nada, o que levou a mudança de instituição. Devido a essas dificuldades, a escola atual encaminhou para realizar a avaliação neuropsicológica e reforço escolar. A genitora se queixa da paciente esquecer muitas informações que são requeridas ou passadas a ela, logo após serem passadas. Tem muita dificuldade de atenção, timidez e de aprendizagem.

A paciente demonstra ser uma criança que tem fortes vínculos e interações com familiares e amigos, embora na escola seja muito tímida, sendo até mesmo uma das queixas da escola. Júlia reside com os pais e a irmã mais nova desde o seu nascimento, realiza o seu período escolar durante a semana no turno vespertino e aos finais de semana geralmente passeia com os pais, visita familiares e brinca com os primos. A paciente até o momento desta avaliação, não tinha realizado nenhuma avaliação neuropsicológica, sendo esta a primeira experiência.

Observações Da Paciente Na Instituição de Ensino

A visita presencial a escola ocorreu por contato apenas com a coordenadora da instituição, sendo possível discutir com a mesma sobre o desempenho acadêmico e comportamentos da paciente no contexto escolar. Foi concluído que Júlia tem um histórico escolar mediano, mas em disciplinas que envolvam raciocínio numérico o desempenho é menor. O comportamento da paciente é mais introvertido e não apresenta muitas dúvidas aos professores durante as aulas. Entretanto possui boa capacidade de realizar atividades grupais e de se relacionar com os colegas.

Resultados da Avaliação Neuropsicológica

Logo abaixo, será descrito e mostrado os resultados da avaliação neuropsicológica sendo divididos por: Capacidade intelectual, percepção e praxia, atenção e funções executivas, memória e aprendizagem e características de personalidade.

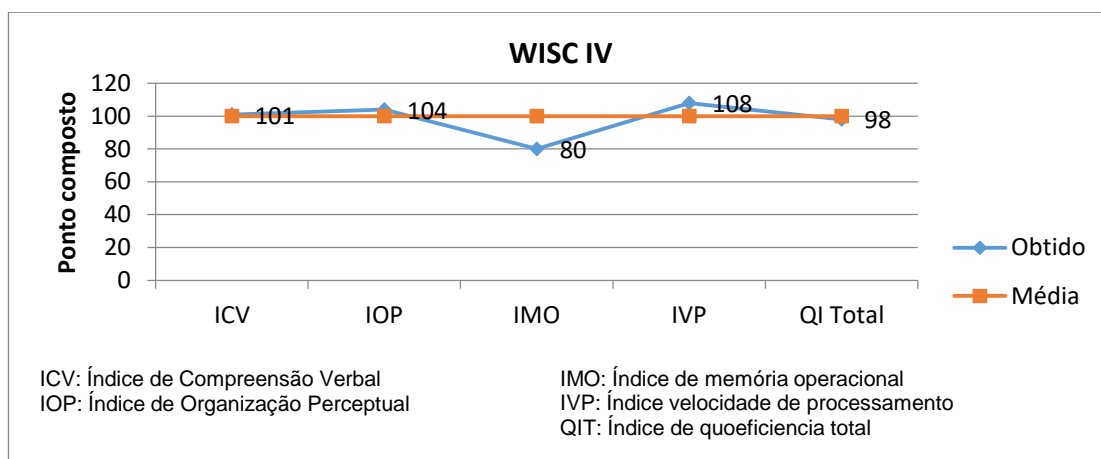


Figura 01 – Resultados de aplicação dos índices do WISC-IV.

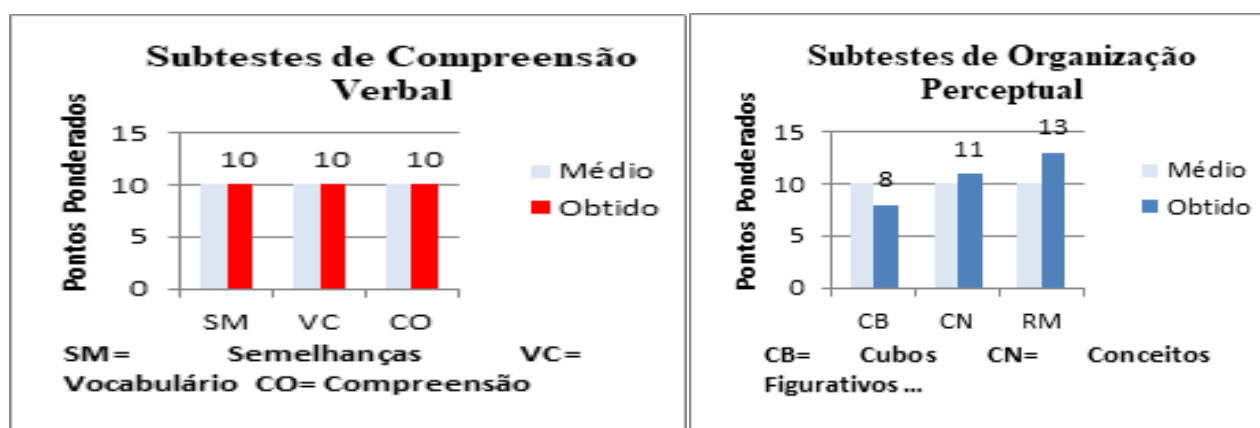


Figura 02 – Resultados dos pontos ponderados do ICV e IOP (WISC - IV).

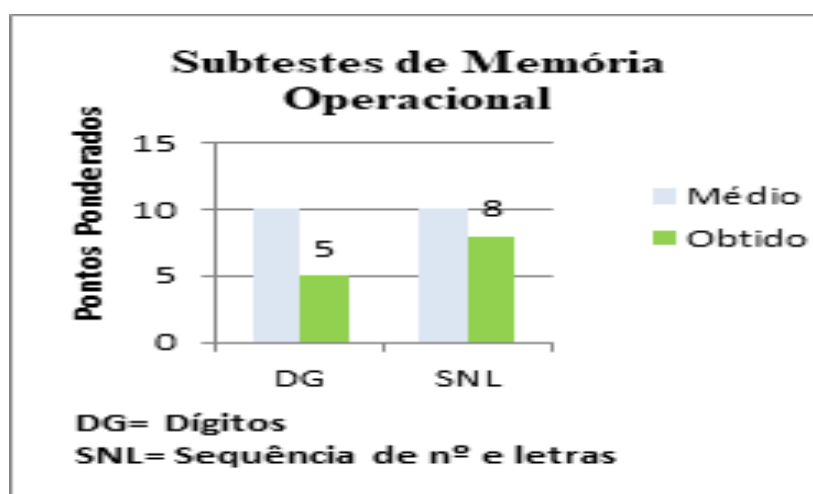


Figura 03 – Resultados dos pontos ponderados do IMO e IVP (WISC - IV).

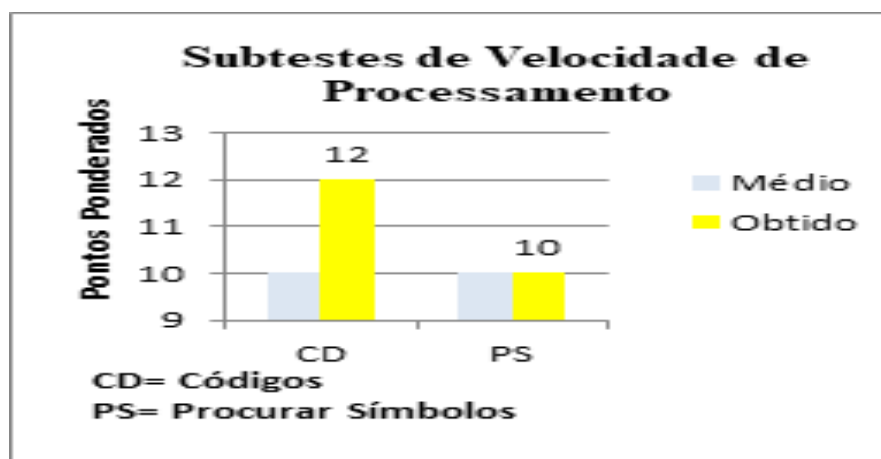


Tabela 3: Resultados de avaliação neuropsicológica de capacidade intelectual.

TNVRT	Percentil	Classificação
Fator 1	25	Médio
Fator 2	100	Muito Superior
Fator Geral:	35	Médio

Na função cognitiva de inteligência de acordo com as figuras 01 e 02 e a tabela 03 percebe-se, de acordo com os resultados, que Júlia possui nível intelectual dentro do esperado para sua faixa etária, sem discrepância significativa entre suas habilidades verbais e visuais. Do ponto de vista instrumental demonstra preservação de análise e raciocínio visual (abstrato e concreto), habilidades linguísticas de conceitualização, abstração verbais e velocidade de processamento.

Entretanto, nesta avaliação observou-se desempenho abaixo do esperado para sua idade, assim como discrepante para seu funcionamento global, em atividades que exigiam manipulação de informações verbais (memória operacional).

Tabela 4: Resultados de avaliação neuropsicológica de percepção e praxia.

Testes Utilizados	Escore Obtido	Classificação
Figura Complexa de Rey (Cópia)	25.5	Médio Inferior
Cubos (WISC IV – nota ponderada)	8	Médio

As habilidades práticas de manipular os objetos apresentam diferença significativa para sua idade de acordo com a tabela 04. Há uma dificuldade em habilidades visuoespaciais, a qual pode estar relacionada a um déficit de planejamento antecipatório (função executiva) ao realizar as atividades pedidas e desejadas.

Tabela 5: Resultados de avaliação neuropsicológica de Funções executivas.

Testes Utilizados	Média Esperada	Escore Obtido	Classificação
Figura Complexa de Rey (Cópia)	29.00	25.5	Médio Inferior
BPA (Atenção Concentrada)	45,22	90	Superior
BPA (Atenção Dividida)	35,48	25	Médio Inferior
BPA (Atenção Alternada)	44,35	75	Superior
Índice de Memória Operacional (WISC-IV)	100	80	Médio Inferior
Atividade de fluência fonética	Análise Qualitativa		Dificuldade Moderada
Atividade de fluência semântica	Análise Qualitativa		Média

Tabela 6: Resultados de avaliação neuropsicológica de Funções executivas.

FDT - Processos Automáticos	Tempo	Percentil	Classificação	Erros	Percentil	Classificação
Leitura	45 s	< 5	Dificuldade Moderada.	0	50	Médio
Contagem	55 s	< 5	Dificuldade Moderada.	0	50	Médio

Tabela 7: Resultados de avaliação neuropsicológica de Funções executivas.

FDT -Processos Controlados	Tempo	Percentil	Classificação	Erros	Percentil	Classificação
Escolha	37 s	95	Superior	5	25	Médio
Alternância	73 s	75	Médio.	1	75	Médio

Tabela 8: Resultados de avaliação neuropsicológica de Funções executivas.

FDT	Percentil	Classificação
Inibição	> 95	Médio Superior
Flexibilidade	95	Superior

De acordo com as tabelas 05, 06, 07 e 08, a paciente consegue se concentrar nos estímulos, porém apresentou dificuldade de concentrar em dois ou mais estímulos ao mesmo tempo. Ela consegue alternar a atenção, ou seja, consegue realizar o foco em uma atividade parar de realizá-la, focar em uma segunda atividade e retornar à primeira atividade.

Nos processos controlados a paciente demonstra inibição de estímulos distratores (controle inibitório), assim como indica capacidade de adaptação ao contexto (flexibilidade cognitiva). Entretanto, demonstra dificuldade de planejamento e de manter e manipular informações por certo período de tempo, assim como dificuldade de atenção nos processos automáticos devido a uma causa primária de ansiedade da paciente frente a novas situações e atividades.

Tabela 9: Resultados de avaliação neuropsicológica de Memória e aprendizagem.

Testes Utilizados	Média Esperada	Escore Obtido	Classificação
Figura Complexa de Rey (memória imediata)	16,70	9	Inferior
Índice de Memória Operacional (WISC IV)	100	80	Médio Inferior

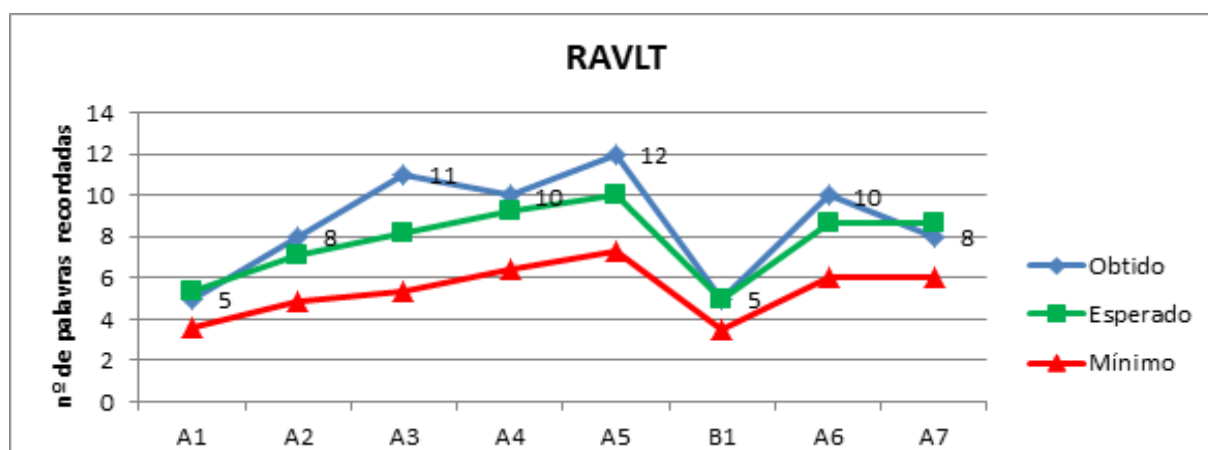


Figura 04 – Resultados de aplicação do RAVLT verificando memória e aprendizagem

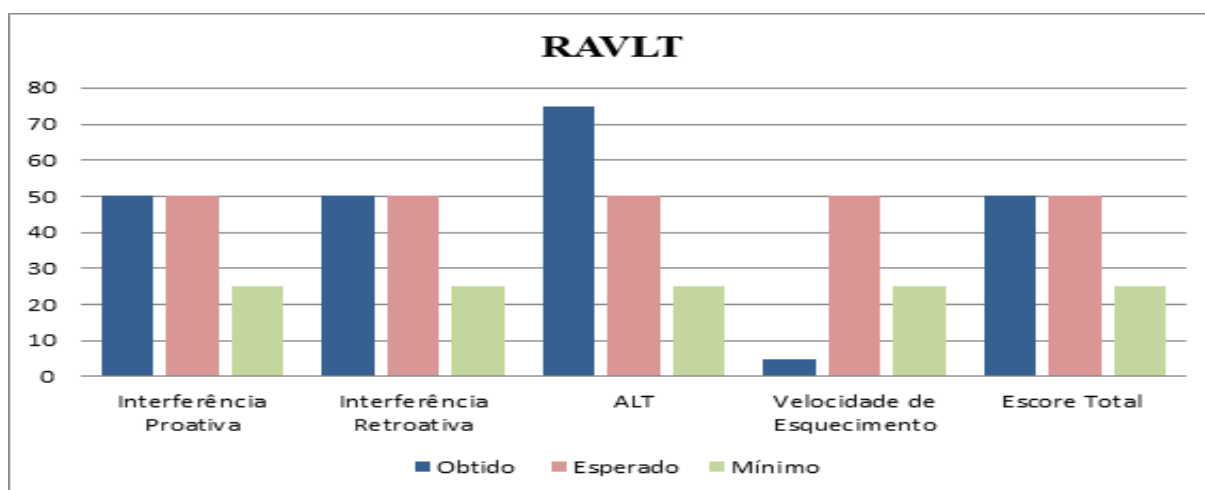


Figura 05 – Resultados de aplicação do RAVLT verificando memória e aprendizagem

A paciente apresentou de acordo com a tabela 09 e as figuras 04 e 05, capacidade de aprender com a repetição verbal dentro do esperado para idade, porém com curva de aprendizagem com oscilação atencional. Júlia demonstrou habilidades de reter informações por curto período de tempo, assim como de armazenamento e evocação preservadas. Entretanto, demonstra dificuldades de memória operacional, isto é, na capacidade de receber, manipular e devolver informações, em um curto período de tempo. Em relação à memória imediata visual, demonstrou desempenho rebaixado devido às dificuldades primárias de planejamento que interferiram na codificação da informação e consequentemente na evocação.

Tabela 10: Resultados de avaliação neuropsicológica da Linguagem.

Testes Utilizados	Obtido	Classificação
Fluência Fonética	Análise Qualitativa	Dificuldade Moderada
Fluência Semântica	Análise Qualitativa	Médio
ICV (WISC IV – ponto composto)	101	Médio.
Leitura (TDE)	53	Inferior
Escrita (TDE)	14	Inferior
Aritmética (TDE)	8	Inferior

Conforme a tabela 10, a paciente possui processo semântico com capacidade de raciocínio, compreensão e conceitualização verbais dentro do esperado. Nas habilidades acadêmicas possui dificuldades de leitura e escrita, ou seja, dificuldades de pronúncia de algumas palavras sendo um pouco silabada e erros ortográficos na escrita.

A paciente apresenta de acordo com o H. T. P - House, Tree, Person (Buck, 2013) em sua personalidade, capacidade de discriminar mundo interno do externo e demonstra uma personalidade ainda em constituição. Os dados indicaram indícios de ansiedade, falta de confiança, insegurança e timidez que podem ser causados pela dificuldade de aprendizagem. Também foram encontrados dados sugestivos de impulsividade, e busca de satisfação emocional imediata e direta de suas necessidades e impulsos. Sendo que tais aspectos podem interferir em suas vivências e no estabelecimento de suas interações sociais.

Resultado qualitativo das observações das sessões

A paciente em todas as sessões se manteve em maior parte introspectiva, com poucas verbalizações além daquilo que lhe era questionada. Se portou de modo participativo e ativa ao responder os testes com esforço notório. Sua aparência física estava dentro das normalidades, com interesse e motivação, com reação menos ativa frente a erros auto percebidos, se apresentou com humor e emoções mais internalizadas, porém ao decorrer das sessões foram se externalizando. E demonstrou impulsividade, ansiedade, desatenção e disfunção executiva em seu funcionamento.

DISCUSSÃO

O presente trabalho teve como objetivo verificar os aspectos cognitivos e emocionais presentes na dificuldade de aprendizagem verificados por meio deste estudo de caso. A matemática segundo Vygotsky citado por Silva e Costa (2008) é uma ciência necessária de se aprender, pois influencia no desenvolvimento humano a todo o momento, visto que todos os dias precisamos manipular números, desde atividades mais simples às mais complexas. Entretanto, dentre o currículo escolar é umas das disciplinas que podem acarretar em dificuldade de aprendizagem, ou até mesmo estar relacionada a uma inabilidade, configurando assim um transtorno de aprendizagem.

O transtorno específico da aprendizagem de acordo com o DSM-V (2014) é um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta durante os anos de escolaridade formal, que se caracteriza por dificuldades em leitura, escrita e matemática que tenha ocorrido no mínimo por seis meses. A discalculia, inabilidade específica para matemática, ocorre por incapacidade em quatro fatores: no senso numérico, memorização de fatos numéricos, fluência de cálculo e precisão de raciocínio matemático.

No estudo de caso utilizado neste trabalho a paciente demonstrou durante os anos de escolaridade formal dificuldades em matemática e no dia a dia, entretanto, não apresentou prejuízo nos fatores que caracterizam a discalculia. Sendo verificado por meio de observações qualitativas e atividades informais, visto que reconhece números, consegue contá-los, memorizá-los, apresentando noção de sequência e quantidade, não preenchendo assim critérios diagnósticos deste quadro.

Porém, como apontado anteriormente, a dificuldade de aprendizagem também pode acarretar prejuízos tanto no rendimento escolar quanto na funcionalidade diária do paciente que envolvam tais conteúdos e/ou habilidades, e pode ser caracterizada por apresentar um desempenho não compatível com as habilidades cognitivas e não ser esperado pela faixa etária (Souza, 2014). A avaliação neuropsicológica da paciente em questão indicou um perfil cognitivo predominantemente dentro do esperado para sua idade, entretanto, discrepante ao seu desempenho na disciplina de matemática.

De acordo com Romero (2004) citado por Corso (2007) a maturação neurológica pode ser compreendida como uma condição que depende de certas características neuropsicológicas, neurológicas e psicológicas do indivíduo, e que está relacionada com as dificuldades de aprendizagem, visto que o organismo biológico é a infraestrutura que permite o desenvolvimento dos processos cognitivos, psicológicos inclusive da aprendizagem. Sendo assim, um atraso na maturação neurológica pode contribuir para uma dificuldade no aprendizado.

O caso em questão corrobora com essa afirmação, visto que na avaliação neuropsicológica foram encontrados indícios de disfunção executiva. A paciente apresentou dificuldades de atenção dividida, planejamento e memória operacional. Compreende-se que tais dificuldades podem interferir negativamente na aprendizagem da paciente, visto que são habilidades base para o raciocínio matemático.

Além disso, ressalta-se que durante o aprendizado qualquer fator emocional, psíquico, biológico ou ambiental que altere o percurso irá resultar em um obstáculo do alcance da aprendizagem (Souza, 2014). Nesse sentido, observou-se que além do perfil cognitivo a paciente apresentou no período da avaliação indícios de ansiedade, o que do ponto de vista emocional, também pode influenciar no seu desempenho escolar e funcional.

Conforme Ballone (2004) citado por Mazer, Ballo e Bazor (2009) a dificuldade de aprendizagem não deve ser identificada como algo não tratável ou sem solução. Esse funcionamento foi encontrado no caso clínico utilizado neste trabalho, visto que durante a avaliação a paciente iniciou o reforço escolar, sendo que na devolutiva a genitora já relatou melhora do rendimento e notas da filha, assim como em sua funcionalidade no dia a dia com atividades que envolviam matemática, por exemplo, realizar as operações, receber e passar troco e ao compreender as horas em relógios. Nesse sentido, de acordo com os resultados da avaliação neuropsicológica, com resultados de intervenção aplicada de reforço escolar onde um

dos critérios excludores do transtorno é a resposta a intervenções, se é possível pensar em uma dificuldade de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado anteriormente a matemática é uma ciência que relaciona o conhecimento com situações práticas e habituais diariamente. Permitindo ao ser humano obter conhecimentos por meio de construções de modelos matemáticos, aplicando-os na sociedade além das instituições de ensino (Ramos, 2017).

O trabalho em questão objetivou compreender como a dificuldade de aprender matemática ocorre e quais os aspectos neuropsicológicos estão presentes. Deste modo, verificou-se no estudo de caso deste trabalho que os aspectos emocionais, psicológicos, neuropsicológicos, cognitivos e maturacionais influenciam no seu surgimento.

Levando em consideração todos os fatores analisados, observou-se a importância da avaliação neuropsicológica para diferenciar em avaliações específicas as habilidades matemáticas em relação a dificuldade de aprendizagem de matemática e o transtorno específico de aprendizagem (discalculia). Além disso, com os resultados é possível ir além da dificuldade em si, percebendo contextos neuropsicológicos e emocionais envolvidos que podem contribuir ou interferir no processo de aprendizagem do paciente.

Nesse sentido, no período desta avaliação compreendeu-se se tratar de uma dificuldade de aprendizagem, fundamentada especialmente por uma disfunção executiva e intensificada por indícios de ansiedade. Assim, ressalta-se a importância da identificação da dificuldade de aprendizagem, a fim de possibilitar uma rápida e efetiva intervenção, evitando, como diz a pesquisa de Santos e Marturano (1999), que pacientes com esse diagnóstico tenham repercussões futuras com problemas de adaptação maiores.

Deste modo percebe-se com este trabalho, que a avaliação neuropsicológica se faz importante não somente para a identificação das funções preservadas ou prejudicadas, mas auxilia no diagnóstico e nas possíveis intervenções a serem feitas com qualquer paciente. Visto que, fornece informações importantes de capacidades e limitações do paciente para o processo. Portanto, essas informações direcionam a reabilitação quanto às capacidades preservadas e prejudicadas (Capovilla, 2007).

A reabilitação possibilita estimulação e remediação de danos nas funções cognitivas. Gerando assim, adaptação e reinserção do paciente em atividades diárias, no ambiente social e escolar (Santos, 2005). Por isso, a avaliação neuropsicológica se faz necessária em qualquer suspeita de dificuldade ou transtorno de aprendizagem, pois permite o auxílio no diagnóstico correto e intervenções corretas. Proporcionando assim, que o paciente alcance a melhor qualidade de vida e saúde mental que são fatores extremamente importantes para todos os seres humanos em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A., Lopes, S. S. E., Camilo, S. T. J., & Choi, P. M. V (2016). *Manual de Normalização para Trabalhos Científicos: De acordo com normas da APA*. São Paulo: Fecap.
- Capovilla, A. G. S. (2007). Contribuições da neuropsicologia cognitiva e da avaliação neuropsicológica à compreensão do funcionamento cognitivo humano. *Caderno de Psicopedagogia*, 06(11), 1-24. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167610492007000100005&script=sci_abstract&tlng=e
- Consenza, R. M., Fuentes, D. & Malloy-Diniz L. F. (2008). A evolução das ideias sobre a relação entre cérebro, comportamento e cognição. Em D. Fuentes, L. F. Malloy-Diniz, C. H. P. Camargo & R. M. Consenza (orgs.) *Neuropsicologia - Teoria e Prática*. (pp.15-19) Porto Alegre: Artmed.
- Corso, H. V. (2007). Dificuldades de aprendizagem e atrasos maturativos: atenção aos aspectos neuropsicomotores na avaliação e terapia psicopedagógicas. *Revista Psicopedagogia*, 24(73), 76-89. Recuperado em 17 de novembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862007000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Costa, D. I., Azambuja, L. S., Portuguese, M. W., & Costa, J. C. (2004). Avaliação neuropsicológica da criança. *Jornal de Pediatria*. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2so/v80n2Sa13>
- Fonseca, V. D. (2017). Dificuldades de aprendizagem: o papel do cérebro na aprendizagem. Em Fonseca, V. D. *Cognição, neuropsicologia e aprendizagem* (pp.139- 183). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Fiorentini, D. (1995). Alguns modos de ver e conceber a aprendizagem da matemática no Brasil. *Revista Zetetiké*, v.3 n. 1, pp.2-38. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646877>
- Filho, C. A. B., Candiota, C., Franceschini, I. S, Schroeder, S. C. & Menegotto T. (2014). Discalculia e intervenção psicopedagógica: Alan - O aprendiz na conexão dos números. Em Rotta, N. T., Bridi Filho, C. A. B., Bridi, F. R. D. S. (orgs). *Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar* (pp. 257-271). Porto Alegre: Artmed.
- Gil, R. (2002). Elementos de uma propedêutica de neuropsicologia. Em R. Gil. *Neuropsicologia* (pp.1-20). São Paulo, SP: Editora Santos.
- Gil, R. (2002). Elementos da neuropsicologia do desenvolvimento. Em R. Gil. *Neuropsicologia* (pp.1-20). São Paulo, SP: Editora Santos.
- Lezak, M. D., Howieson, D. B., & Loring, D. W. (2004). *Neuropsychological Assessment* (2º ed.). New York: Oxford University Press.

Lima, R. F. D., Mello, R. D. J. L. D., Massoni, I., & Ciasca, S. M. (2006). Dificuldades de aprendizagem: queixas escolares e diagnósticos em um serviço de neurologia infantil. *Revista Neurociências*, V14, N4, 185-190. Recuperado de <http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2006/RN%2014%2004/Pages%20from%20RN%2014%2004-3.pdf>

Malloy-Diniz, F. L., & Paula, J. J (2018).

RAVLT – Teste de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey. São Paulo: Vetor.
Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM- V. (2014). *American Psychological Association*. (5. Ed.). Porto Alegre: Artmed.

Mancine, M. S., Lucca, S. A. D. & Dell’ Agli, B. A. V. (s.d). Avaliação neuropsicológica: buscando compreender crianças com queixas de dificuldade de aprendizagem. *New-psi*, 142, pp.01-78. Obtido em 22 de março de 2018. Recuperado de <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/142.pdf>

Mazer, S. M., Bello, A. C. D. & Bazon, M. R. (2009). Dificuldades de aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de risco associados. *Psicologia da Educação*, (28), 7-21. Recuperado em 06 de novembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752009000100002&lng=pt&tlng=pt.

Mol, R. S. (2013). *Introdução a história da matemática* (1a ed.). Belo Horizonte: CAED-UFMG.

Ohlweiler, L. (2017). Fisiologia e neuroquímica da aprendizagem. Em Rotta N. T., Ohlweiler, L., Riesgo, R. D. S. (orgs). *Transtornos da aprendizagem: Abordagem neurobiológica e multidisciplinar* (pp.28-41). Porto Alegre: Artmed.

Ramos, T. C. (2017). A importância da matemática na vida cotidiana dos alunos do ensino fundamental II. *Revista Cairu*, 06(9), 201-218. Recuperado de https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2017/11_IMPORTANCIA_MATEMATICA.pdf

Rey, A. (2010). *Figuras Complexas de Rey Teste de Cópia e Reprodução de Memória de Figuras Geométricas Complexas* (1a ed.). Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo.

Riechi, T. I. J. D. S. (2007). Avaliação Neuropsicológica Infantil: O ideal e o Real. Em E. C. Macedo, L. I. Z. D. Mendonça, B. B. G. Schletcht, K. Z. Ortiz & D. A. Azambuja. *Avanços em Neuropsicologia das Pesquisas à Aplicação Clínica*. [pp. 221-230] São Paulo: Santos.

Riesgo, R. D. S. (2017). Neuroanatomia da aprendizagem. Em Rotta, N. T., Ohlweiler, L., Riesgo, R. D. S. (orgs). *Transtornos da aprendizagem: Abordagem neurobiológica e multidisciplinar* (pp.09-27). Porto Alegre: Artmed.

Rotta, N. T. (2017). Introdução. Em Rotta N. T., Ohlweiler, L., Riesgo, R. D. S. (orgs). *Transtornos da aprendizagem: Abordagem neurobiológica e multidisciplinar* (pp.3-8). Porto Alegre: Artmed.

Rueda, F. J. M. (2013). *Coleção BPA- Bateria psicológica para avaliação da atenção* (1a ed). São Paulo: Vetor.

Santos, L. C. D., & Marturano, E. M. (1999). Crianças com dificuldades de aprendizagem: um estudo de caso. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 12(2), 1-16. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/26362125_Crianças_com_dificuldade_de_aprendizagem_um_estudo_de_seguimento. doi: 10.1590/S0102-79721999000200009

Santos, F. H. D. (2005). Reabilitação neuropsicológica Pediátrica. *Psicologia Ciência e Profissão*, 25(3), 450-461. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es>

Sedó, M., Paula, J. J., & Malloy-Diniz, F. L (2004). *FDT- Teste dos Cinco Dígitos*. Madrid: Hogrefe.

Silva, W. C. D. & Costa, R. T. D. (2008). Discalculia: Uma abordagem à luz da educação matemática. Monografia não publicada, projeto de pesquisa PIBIC-UnG, Universidade Guarulhos.

Siqueira, C. M., & Giannetti, J. G. (2010). Mau desempenho escolar: uma visão atual. *Revista associação médica Brasileira*, 57(1), 78-87. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v57n1/v57n1a21.pdf>

Sousa, F. M. A. D. A. (2014). Distúrbios e dificuldades de aprendizagem: uma perspectiva de interface entre saúde e educação. Em Sampaio, S., Freitas I. B., (orgs.). *Transtornos e dificuldades de aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais* (pp. 17-36). Rio de Janeiro: Editora Wak.

Stein, L. M. (1994). *TDE - Teste de desempenho escolar* (1a ed). Londres: Pearson.

Pasqualli, L. (2005). *Coleção TNVRI - Teste não verbal de raciocínio para crianças* (1a ed). São Paulo: Vetor.

Wecheler, D, (2013). *WISC IV –Manual Técnico* (4a ed). Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo.

Winograd, M., Jesus, M. V. M. D., & Uehara, E. Aspectos qualitativos na prática da avaliação neuropsicológica. *Ciência & Cognição*, 17, pp. 02-13. Obtido em 27 de fevereiro de 2018. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212012000200002

Capítulo 6

EMPREENDEDORISMO E PSICOLOGIA

JACKELINY DIAS DA SILVA

ADRIANA SANTOS DO PRADO SADOYAMA

GERALDO SADOYAMA LEAL

BRUNO MARINHO DE SOUSA

Delimitar Empreendedorismo vem sendo objeto de estudo de vários autores, FAGUNDES e colaboradores (2009) com objetivo de revisar o tema empreendedorismo, destaca que o mesmo surge no decorrer do tempo à medida que a estrutura comercial mundial muda e torna-se mais complexa, um empreendimento surge então da observação, percepção e análise de atividades dos hábitos sociais e de consumo. Os autores destacam ainda que em relação ao termo empreendedorismo, existem diversas definições, um ponto em comum entre elas é a inovação de alguma ideia e a oportunidade de concretizá-la.

Com o crescente interesse pela temática de empreender, várias são as áreas do conhecimento que veem tentando abarcar teórica e instrumentalmente o empreendedorismo. Paiva *et al* (2002) por exemplo, ressaltam as principais linhas de pensamento sobre a temática, sendo elas: a visão dos economistas, que associam o empreendedorismo a inovação, procurando esclarecer sobre a influência do empreendedorismo na economia. A visão dos Behavioristas, que traçaram um perfil de personalidade empreendedora, que focalizava os gerentes de grandes empresas e a escola dos traços de personalidade que focalizava aspectos específicos para o sucesso, sendo esta última também uma de grande interesse pelos pesquisadores da área.

O empreendedorismo no Brasil, até a década de 90 praticamente não era abordado, este cenário começou a mudar com a criação do Sebrae e a Softex, destacando-se, ainda dentre os vários programas o Empretec e o Jovem empreendedor. Os dados apresentados no GEM em 2012 permitiram uma visão sobre o perfil do empreendedor brasileiro, destacando 44% dos brasileiros por eles entrevistados tem o sonho de ter uma empresa própria, e de cada 10 empresas sete são o fruto de uma oportunidade. (SILVA, 2015)

A partir de então vem notando-se um crescente interesse pela temática nas últimas décadas, estudos como os de NASSIF (2010) ao qual tentam compreender a evolução do

empreendedorismo no Brasil, abarcam que os estudos sobre empreendedorismo no Brasil são recentes e já atingem um patamar de publicações significativo. Ressaltam que o Empreendedorismo no Brasil, como área de pesquisa, é recente e que o primeiro Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Egepe) foi realizado em 2000 e em 2003 na ENAPAD. Sendo esses dois eventos grandes proporcionadores de discussões sobre a temática sob diferentes enfoques.

Em relação a pesquisa, IIZUKA *et al* (2015) ressaltam que a área de empreendedorismo no Brasil é recente enquanto campo científico, sendo o primeiro Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (egepe) foi realizado em 2000. Os autores destacam que inicialmente os trabalhos eram voltados a área exclusivamente privada, hoje são desenvolvidos trabalhos de empreendedorismo também para o setor público.

Os estudos de NASSIF (2010) evidenciam, por meio de levantamento no diretório do CNPq 50 grupos de estudo sobre empreendedorismo no Brasil o que evidencia o crescimento e amadurecimento da área enquanto campo científico.

FAGUNDES *et al* (2009) apontam que o Brasil é um dos países mais empreendedores do mundo, tomando o 9º lugar na pesquisa GEM (2008). Contudo, a mortalidade de empresas no país também é alta, constatando-se que metade das empresas que abrem são fechadas de 2 a 3 anos de sua existência. Esses dados podem apontar diversas análises, mas principalmente a falta de planejamento e análise de mercado para o empreendimento alavancar.

Ao se falar de empreendedorismo, além das pesquisas, é importante refletir também sobre o processo empreendedor, neste sentido a Psicologia e outras áreas colaboram para a compreensão do processo de empreender, que segundo FAGUNDES *et al* (2009) consiste em : Identificar e avaliar as oportunidades, desenvolver o plano de negócios, determinar e capturar os recursos necessários, gerenciar a empresa criada.

Assim, o processo empreendedor necessita passar por estas etapas para ser construído, ou seja, o indivíduo que deseja abrir seu próprio negócio ou inovar em algum aspecto, necessita planejar os fatores internos e externos antes que o projeto “nasça”.

Em relação aos fatores externos para surgimento de uma empresa, os autores apontam que estes podem gerar influências e afetar diretamente a organização. Tais fatores envolvem clientes, concorrentes, fornecedores, cultura, economia, política etc. os autores apontam que A adaptação ao ambiente é algo bastante discutido desde o paralelo com a Teoria da evolução das espécies de Darwin. Contudo com a quantidade de empresas fechando as operações tão cedo,

faz com que esta discussão seja de grande importância”. Neste sentido, nota-se a importância, da colaboração da Psicologia e outras áreas para compreensão do perfil empreendedor e seu impacto nos negócios. (FAGUNDES, et al, 2009).

SILVA (2015) apontam que os conceitos apresentados ao afirmar que o “empreendedor percebe oportunidades pelas quais outros executivos não se interessam, o que eles não veem”. Assim o empreendedor é uma pessoa atenta que busca a realização, mediante a concretização dos seus sonhos. Vários autores ressaltam o empreendedorismo por via da personalidade, e outros afirmam que empreender não é um traço de personalidade, bastando apenas ter iniciativa, motivação, conhecimento sobre o ramo de atividade e vislumbrar uma oportunidade e preferencialmente ter noções de administração.

Notando-se a grande importância do estudo da temática empreendedorismo, o presente estudo buscou realizar uma revisão de literatura para compreender o que vem sendo produzido sobre empreendedorismo e sua relação com a psicologia no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, de caráter qualitativo. Porfírio (2012) afirma que a revisão de literatura se trata de um mapeamento teórico do estado atual do conhecimento. A revisão é realizada em torno de uma questão central, gerando a busca de artigos, livros e outros materiais a fim de categorizar a temática a ser trabalhada, visando a explanação e entendimento geral sobre a temática proposta, permitindo a observação e qualidade metodológica de estudos semelhantes. (PORFÍRIO, 2012).

Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo investigar produções científicas que relacionassem o empreendedorismo e a psicologia no Brasil, para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas por meio de artigos científicos, publicados em periódicos nacionais. A investigação iniciou-se por inquietação dos autores e pela necessidade de ampliar o conhecimento no que se refere a temática central.

Para levantamento da literatura, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em duas bases de dados sendo elas: 1 - *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*; 2 - *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)* e na base de dados da Associação nacional de Pós-graduação e pesquisa em administração (ANPAD) por meio do periódico *Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL)*.

Para levantamento do material, inicialmente foi realizada uma busca geral dos artigos, com as palavras-chave: “empreendedorismo” and “psicologia”, após primeira busca foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão dos artigos.

Como critérios de inclusão de artigos para esta revisão de literatura, foram trabalhos completos, disponibilizados nas bases de dados e periódicos selecionados, de maneira completa, em português e publicados entre os anos de 2013 e 2018, que se relacionassem a temática.

Os critérios de exclusão contemplaram artigos que não estavam disponibilizados de forma íntegra, que não estavam nos recortes temporais ou repetidos foram excluídos da tabulação de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura 1 demonstra as etapas de busca dos artigos e o resultado de artigos encontrados em cada banco de dados selecionados para esta revisão de literatura. Ao final da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, somaram-se o total de 6 artigos, que foram categorizados conforme temáticas de cada estudo.

Figura 1: Diagrama de fluxo do modelo de escolha dos artigos do estudo, 2013-2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

O Quadro 1 apresenta a exposição sumarizada dos artigos selecionados para esta revisão de literatura.

Quadro 1: Sumarização dos artigos do estudo, 2014-2018.

TÍTULO	AUTOR/ANO/ PAÍS	OBJETIVO DE ESTUDO/PARTICIPANTES	PRINCIPAIS RESULTADOS
Preditores individuais e contextuais da intenção empreendedor a entre universitários: revisão de literatura	2016. Aleciane da Silva Moreira Elisabeth Loiola Sônia Maria Guedes Gondim	O artigo teve como objetivo identificar em estudos empíricos os principais preditores individuais e contextuais da intenção empreendedora (IE) entre estudantes universitários	Foram analisados 60 artigos. Constatou-se ter havido um crescimento de 41% dos estudos sobre IE entre 2004 e 2015, em diversos países e continentes, o que revela o aumento do interesse no tema. Os principais preditores individuais são: traços pessoais, motivações de realização pessoal, atitude positiva, autoeficácia, percepção de controle, locus de controle interno, percepção de barreiras e criatividade. Os preditores contextuais são as famílias e a rede de amigos, as quais operam como modelos a serem seguidos e como suporte no desenvolvimento do negócio.
Atitude empreendedor a: validação de um instrumento de medida com base no modelo de resposta gradual da Teoria de Resposta ao Item	2013. Eda Castro Lucas de Souza Gumersindo Sueiro Lopes Jr Antonio Cezar Bornia Luciano R. Rath Alves	Com a finalidade de verificar a validade e o intervalo em que propicia a medida de atitude empreendedora, além de investigar sua capacidade de discriminar a resposta que o indivíduo está apto a dar, o objetivo deste artigo é validar a escala Imae por meio do modelo de resposta gradual da teoria da resposta ao item (TRI), que revolucionou a teoria de medidas.	Os principais resultados encontrados foram a identificação de dois níveis da escala, denominados âncoras, que permitem interpretar tendências de pessoas com atitude empreendedora e a constatação de que os itens da escala Imae apresentam boa capacidade de discriminar a resposta que o indivíduo está apto a dar, o que confere qualidade aos itens e, portanto, à escala
Reflexões teóricas sobre o ensino do Empreendedorismo: a tentativa de construção de um modelo baseado na integração das áreas do conhecimento	2015 Janaina Mendes de Oliveira	Este estudo tem como objetivo buscar referenciais para construir um modelo teórico que possa ser utilizado pelos agentes responsáveis pelo desenvolvimento regional. A metodologia adotada neste estudo é a exploratória.	Este modelo procura integrar os conhecimentos trazidos das ciências como filosofia, economia, psicologia, e pedagogia, utilizando seus enfoques para a construção do indivíduo, a sua relação com o mundo e com a dinâmica da economia de uma região, e como se pode formar sua concepção para ser empreendedor, estes conceitos integrados podem criar um modelo teórico que fundamente ações no sentido da disseminação do empreendedorismo
Perfil empreendedor dos estudantes	2016 Gustavo Baur; Murillo	Este estudo objetivou verificar o perfil empreendedor entre os estudantes do Curso de	Assim, essa pesquisa possibilitou identificar o perfil empreendedor entre os estudantes de odontologia da

PESQUISAS, ESTUDOS E APLICAÇÕES EM PSICOLOGIA

TÍTULO	AUTOR/ANO/ PAÍS	OBJETIVO DE ESTUDO/PARTICIPANTES	PRINCIPAIS RESULTADOS
de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina	Barreto Cardoso; Vinícius Spiger; Cláudio José Amante	Graduação em Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina, através de uma pesquisa descritiva do tipo transversal, realizada em abril de 2015, com alunos regularmente matriculados que já haviam concluído a disciplina Clínica I. A coleta de dados foi realizada em sala de aula, por meio do Questionário Sociodemográfico, do Questionário de Classificação Econômica do Brasil e do Teste do Perfil Empreendedor, instrumento que avalia, através de um sistema de quatro pontos, o perfil empreendedor, classificando-o em alto, médio ou baixo.	Universidade Federal de Santa Catarina, onde embora não exista um perfil empreendedor baixo, existe a necessidade de estimular o perfil empreendedor alto. Há também um destaque para a tendência empreendedora no sexo feminino.
Empreendedorismo e personalidade: o perfil em estudantes brasileiros	2013 Sálvio de Castro e Costa Rizzatol;; Maria Consuelo MoranII.	A investigação sobre a essência do empreendedorismo tem ocupado a linha psicológica buscando as particularidades da personalidade com o objetivo de gerar padrões de comportamento comuns destas pessoas. Em uma amostra de 475 estudantes universitários brasileiros da região Amazônica, buscou-se o perfil de personalidade que caracteriza estes empreendedores. Os instrumentos aplicados foram o Inventário de Personalidade NEO PI-R (Neuroticism, Extraversion, Openness Personality Inventory Revised) para medir os cinco grandes fatores da personalidade normal (não patológica) e suas trinta facetas e a Bateria de Escalas de Expectativas Generalizadas de Controle (BEEGC-20) para medir locus de controle interno, externo, auto-eficácia e expectativa de êxito.	Mediante análise de cluster obteve-se três grupos segundo seu grau de empreendedorismo: seguidores, sonhadores e empreendedores. O grupo empreendedor mostrou-se com umas características de personalidade diferentes dos outros grupos. Também diferem nas crenças de locus de controle, percebendo-se mais auto-eficazes. Sendo os empreendedores necessários para assegurar o desenvolvimento econômico, é importante considerar como se pode identifica-los. Este estudo contribui para direcionar esse caminho, assim como sugere um enfoque para a formação dos jovens e dos futuros empreendedores.
Desempenho, autorregulação e competências de	2016; Pedro F Bendassolli Jairo Eduardo	O objetivo deste artigo foi testar o poder preditivo das competências empreendedoras sobre o desempenho de	Os dados foram analisados por meio de análises fatoriais e de análise de regressão multivariada. Os resultados indicam que as competências de estratégia e

TÍTULO	AUTOR/ANO/ PAÍS	OBJETIVO DE ESTUDO/PARTICIPANTES	PRINCIPAIS RESULTADOS
empreendedor es de indústrias criativas brasileiras	Borges- Andrade Sonia Maria Gondim Yasmin Makhamid Makhamed	profissionais nas indústrias criativas. O desempenho foi mensurado com base na percepção dos empreendedores sobre indicadores de resultado do negócio (e.g., lucratividade) e sobre relacionamentos sociais e carreira (e.g., a imagem do negócio e os avanços na própria carreira). A mediação exercida pela autorregulação também foi testada. Participaram 295 profissionais das indústrias criativas brasileiras.	planejamento foram preditores da percepção de desempenho, tanto dos indicadores de resultado do negócio (R^2 RF = 0,20) quanto dos relacionamentos sociais e de carreira (R^2 RF = 0,24). Uma dimensão da autorregulação, automonitoramento, apresentou mediação parcial sobre a variável-critério (0,09 e 0,10, respectivamente, $p < 0.001$). Os empreendedores do setor de música apresentaram escores significativamente mais elevados nas competências avaliadas. Implicações práticas dos resultados são discutidas.

Fonte: Elaboração própria (2018).

O quadro final de artigos resultou em 2 artigos na biblioteca virtual em saúde, 2 artigos no periódico Spell da Anpad, e 3 artigos no Scielo. Levando em consideração o ano de publicação, teve-se: em 2013 2 artigos, em 2015 1 artigo, em 2016 um total de 2 artigos e em 2017 1 artigo. No que tange a análise do conteúdo, tem-se uma predominância de artigos bibliográficos.

ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS

Rizzato e Moran (2013) realizaram um estudo para levantar o perfil empreendedor de estudantes brasileiros e suas crenças em relação a isto. Constataram que os grupos denominados empreendedores receberam pontuações grandes pontuações nas categorias sonhadores, para os autores isto demonstra que “Ao pontuar muito alto em todas as variáveis classificadoras o grupo denominado sonhadores demonstra que não se sente responsável pelo seu destino” (RIZZATO E MORAN, 2013). Possuindo crenças de serem os responsáveis diretos pelos resultados alcançados.

Baur *et al* (2016) ao realizarem estudo sobre o perfil empreendedor dos estudantes de Odontologia por meio do teste do Perfil Empreendedor, os resultados apontaram que de 160 participantes 58% apresentaram um perfil empreendedor, sendo 55,9% em mulheres e 44,1% em homens, destacando uma prevalência de perfil empreendedor em mulheres. Os autores

apontam que o empreendedorismo nos dias de hoje torna-se cada vez mais necessário, sendo que as habilidades do empreendedor não se limitam apenas a gerenciar ou ser dono de uma empresa, mas também de ter capacidade de liderança e iniciativa, o que torna o profissional inovador.

Ferreira, Loiola e Gondim (2017) ao realizarem uma revisão de literatura sobre preditores individuais e contextuais da intenção empreendedora entre universitários destacam que em nível individual encontra-se oito principais características: motivações e realizações, atitude positiva, percepção de controle, traços pessoais, criatividade, autoeficácia, Locus de controle interno, percepção de barreiras, e em nível contextual destacaram-se a família, a rede de amigos, normas internas (crenças), e a Universidade que pode ser grande influenciadora das percepções favoráveis ao empreendedorismo. Um apontamento importante realizado por estes autores é a de que o sistema educacional pode auxiliar o desenvolvimento de percepções favoráveis ao empreendedorismo.

Souza *et al* (2013) realizam um estudo para avaliar o instrumento denominada Instrumento de medida de atitude empreendedora (Imae), constataram que a escala proporciona boa capacidade para análise do perfil empreendedor, e indicam a mesma como medida apropriada para medir atitude empreendedora, principalmente para gerentes de pequenas empresas.

Oliveira (2015) aponta em seu estudo que a preocupação em formar indivíduos empreendedores é essencial, contudo é preciso que as instituições que promovem uma educação empreendedora tenham ferramentas e modelos teóricos eficazes para criarem uma cultura empreendedora, neste sentido a academia tem ainda um grande caminho pela frente, visto que os modelos existentes ainda não conseguem abarcar em sua plenitude o fenômeno do empreendedorismo, as linhas de pesquisa caminham em grande parte na construção do perfil empreendedor, tentando encontrar o perfil psicológico do empreendedor.

Bendassolli *et al* (2017) por outro lado ao fazerem um estudo para testar o poder preditivo das competências empreendedoras sobre o desempenho de profissionais da indústria criativa constatam que há uma relevante importância nas características individuais dos participantes na predição dos resultados empresariais, competências como estratégia e planejamento também são apontadas como importantes aos profissionais, principalmente para fins de automonitoramento, sendo importantes competências para predição de resultados financeiros e não financeiros da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ressaltado anteriormente nota-se cada vez mais a importância do tema empreendedorismo, principalmente dado o cenário atual do nosso país. Nos estudos encontrados, pode-se perceber, assim como apontado na literatura, a relevância que os estudos científicos vêm dando para o perfil do empreendedor e as suas principais características. Um ponto importante a ser destacado foi a descoberta de alguns instrumentos que analisam o perfil empreendedor, competências e sua influência para o sucesso organizacional.

Pode-se observar também que são diversos os profissionais que procuram compreender o processo de empreendedorismo para seus negócios. Um fator importante a ser observado é o de que não foi encontrado nenhum artigo que se retrata o empreendedorismo sendo praticado por profissionais de psicologia, apontando uma escassez deste material científico na literatura.

Por fim, indica-se para futuros estudos a busca de artigos científicos que respondam se os profissionais de psicologia são empreendedores e a forma prática de aplicação de empreendedorismo por profissionais da área.

REFERÊNCIAS

BAUR, Gustavo et al. Perfil empreendedor dos estudantes de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista da ABENO**, v. 16, n. 2, p. 77-82, 2016.

BENDASSOLLI, Pedro F. et al. Desempenho, autorregulação e competências de empreendedores de indústrias criativas brasileiras. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 32, n. 5, 2017.

DE OLIVEIRA, Janaina Mendes. Reflexões teóricas sobre o ensino do Empreendedorismo: a tentativa de construção de um modelo baseado na integração das áreas do conhecimento. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 4, n. 1, p. 7-20, 2015.

DE SOUZA, Eda Castro Lucas et al. Atitude Empreendedora: Validação de um Instrumento de Medida com base no Modelo de Resposta Gradual da Teoria de Resposta ao Item. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 14, n. 5, 2013.

FAGUNDES, Fabio Mello; FAGUNDES, Marcelo Mello. EMPREENDEDORISMO, UMA REVISÃO SOBRE O TEMA. **NÚMERO 01-JUNHO DE 2009**, p. 75, 2009.

FERREIRA, Aleciane da Silva Moreira; LOIOLA, Elisabeth; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Preditores individuais e contextuais da intenção empreendedora entre universitários: revisão de literatura. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 2, p. 292-308, 2017.

IIZUKA, Edson Sadao; DE MORAES, Gustavo Hermínio Salati Marcondes; DE ANDRADE SANTOS, Anderson. Produção acadêmica em empreendedorismo no Brasil: análise dos artigos aprovados nos eventos da ANPAD entre 2001 e 2012. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 4, p. 723-749, 2015.

NASSIF, Vânia Maria Jorge et al. Empreendedorismo: área em evolução? Uma revisão dos estudos e artigos publicados entre 2000 e 2008. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, v. 7, n. 1, p. 175-192, 2010.

PAIVA JR, Fernando Gomes; CORDEIRO, Adriana Tenório. Empreendedorismo e o espírito empreendedor: uma análise da evolução dos estudos na produção acadêmica brasileira. **ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 26, 2002.

PORFÍRIO, Gustavo. **Revisão da literatura**. 2012. Disponível em <<http://clip2net.com/clip/m2729/1196764374-ab61a-68kb.pdf>>

RIZZATO, Sálvio de Castro et al. Empreendedorismo e personalidade: o perfil em estudantes brasileiros. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 13, n. 3, p. 279-291, 2013.

SILVA, Álvaro José Argemiro da. **Empreendedorismo e inovação**. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/986/5/Empreendedorismo%20e%20inovação.pdf>>

Sobre os Autores e Organizadora

JACKELINY DIAS DA SILVA (Org.) - Psicóloga, graduada pela Universidade Federal de Goiás, Especialista em Gestão de Pessoas pelo Instituto de Graduação e Pós-graduação (IPOG), Mestranda em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás na linha de pesquisa: Indivíduo, Organização e Trabalho. Professora orientadora no curso de Especialização em Ensino Interdisciplinar em Infância e Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Revisora de artigos científicos da revista de administração da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Contato: jackelinydias@hotmail.com

ADRIANA SANTOS DO PRADO SADOYAMA - Possui graduação em Letras Português Inglês e Suas Literaturas pela Universidade de Marília (1997), Graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Professora Efetiva da Universidade Federal de Goiás-Campus de Catalão alocada no Departamento de Educação atuando nas áreas de Metodologia da Língua Portuguesa, Cultura, currículo e avaliação, Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais. Estudos na área de formação de professores, políticas Educacionais. E-mail: drisadoyama@gmail.com

BRUNO MARINHO DE SOUSA - Doutorado (2013) e Mestrado (2009) em Ciências, pelo programa de pós-graduação em Psicobiologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto FFCLRP, Universidade de São Paulo - USP. Graduação em Psicologia (Bacharelado, Licenciatura e Formação de Psicólogo) pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2006). Atualmente é psicólogo clínico e escritor para o blog de divulgação científica "Psicologia Catalão" (psicologiacatalao.com.br/blog/), voltado para divulgação de temas em Psicologia, Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e Neurociências. Também escreve para o blog Percepto (blogpercepto.com/). Área de atuação em pesquisas: Percepção Visual, Psicofísica e Processos Cognitivos. Contato: bruno@psicologiacatalao.com.br

GERALDO SADOYAMA LEAL - Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), mestrado em Imunologia e Parasitologia Aplicadas pela Universidade Federal de Uberlândia (1998) e doutorado em Imunologia e Parasitologia Aplicadas pela Universidade Federal de Uberlândia (2004). Atualmente é professor associado 2 da Universidade Federal de Goiás. É Sub-coordenador e Professor permanente do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Organizacional da UFG/Regional Catalão. Chefe da Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia (IBiotec). Foi Coordenador do Curso de Biotecnologia/IPTSP/UFG/Goiânia. Atua na graduação, nos cursos de Ciências Biológicas (licenciatura e Bacharelado) e Enfermagem. Desenvolve trabalhos interdisciplinares na área de educação e saúde (qualidade de serviços, cultura organizacional, cultura de segurança, infecção e epidemiologia hospitalar), Microbiologia/biotecnologia (biorrefinaria e bioflotação) e rota tecnológica.

LASCÍNIA CARNEIRO PIMENTEL - Bacharel e Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. Pós-graduada em Terapia Cognitivo-comportamental pela Instituição de Ensino Unifia. Contato: lasciniapsico@gmail.com

LUCAS AUGUSTO DE CARVALHO RIBEIRO – Graduado e Licenciado em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Especialista em Teorias e Técnicas Psicanalíticas pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Mestrando em Gestão Organizacional, na linha de pesquisa na linha de pesquisa: Indivíduo, Organização e Trabalho. Professor de Psicologia, Orientador de estágios em Psicanálise e Psicologia Escolar e Coordenador da Clínica-escola do curso de Psicologia da Faculdade UNA/Catalão. E-mail: lucasaugustopsicologia@gmail.com

LUCAS DE MOURA LIMA - Psicólogo pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrando em Gestão Organizacional, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Psicólogo Clínico e Membro Fundador da Liga Acadêmica de Psicologia Jurídica (LAPJUR). Contato: lucasmourapsic@gmail.com

ELLEN RODRIGUES DA SILVA - Psicóloga, formada pelo Centro Universitário Alves Faria (UniAlfa). É fundadora da Liga Estudantil de Neuropsicologia da PUC-GO e participou do projeto de mentoring da Rede de Psicologia (GO) em 2016. Atualmente, atua como Psicóloga Clínica nas

idades de Goiânia e Bela vista de Goiás e realiza Pós Graduação em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Capacitar (UniFia) e Pós Graduação em Neurociências pela Faculdade de Medicina da USP.

SARA REZENDE COUTINHO RIBEIRO - Psicóloga, formada pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e especialista em Neuropsicologia pelo Nepneuro. Atualmente, atua como neuropsicóloga clínica, é perita nas Varas de Família de Goiânia, supervisora de estágio e TCC no Nepneuro, além de docente no curso de Psicologia do Centro Universitário Alves Faria (Unialfa).

ISBN 978-65-80476-05-3



9 786580 476053 >